



ATA DA 45ª REUNIÃO PLENÁRIA

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

1. LOCAL, DATA, HORA

Salão Oeste, Palácio do Planalto, Brasília/DF, dia 21 de novembro de 2016, 9h30.

2. REGISTRO DE PRESENCAS

Conselheiros: Abilio dos Santos Diniz; Ana Maria Malik; Ana Maria Martins Machado; Anna Maria Chiesa; Antonio Fernandes dos Santos Neto; Ariovaldo Santana da Rocha; Armando Ennes do Valle Junior; Benjamin Steinbruch; Bernardo Rocha de Rezende; Chieko Nishimura Aoki; Claudia Sender Ramirez; Claudio Luiz Lottenberg; Clemente Ganz Lucio; Dan Ioschpe; Dorothea Fonseca Furquim Werneck; Edson de Godoy Bueno; Eduardo Navarro de Carvalho; Eliana Calmon Alves; Fabio Jose Silva Coelho; Francisco Deusmar de Queirós; Francisco Gaudencio Torquato do Rego; George Teixeira Pinheiro; Germano Antonio Rigotto; Gilberto de Almeida Peralta; Gisela Batista; Guilherme Afif Domingos; Helena Bonciani Nader; Humberto Eustáquio Cesar Mota; Jackson Medeiros de Farias Schneider; Jaime Lerner; Janete Ana Ribeiro Vaz; Joao Carlos Di Genio; João Carlos Gonçalves; João Carlos Marchesan; João Martins da Silva Junior; Jorge Gerdau Johannpeter; Jorge Luiz Numa Abrahão; Jorge Paulo Lemann; José Calixto Ramos; Jose Carlos Rodrigues Martins; José Márcio Antônio Guimarães de Camargo; José Pereira de Oliveira Junior; Jose Roberto Rodrigues Afonso; Laércio José De Lucena Cosentino; Lia Hasenclever; Lino de Macedo; Luiz Carlos Mendonça de Barros; Luiz Carlos Trabuco Cappi; Luiz Moan Yabiku Junior; Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues; Luzia Torres Gerosa Laffite; Marcos Antonio De Marchi; Marcos Antonio Molina dos Santos; Marcus Vinicius Furtado Coêlho; Maria Berenice Dias; Marie Anne Van Sluys; Marina Amaral Caçado; Milton Gonçalves; Murillo de Aragão; Nizan Mansur de Carvalho Guanaes Gomes; Paula Alexandra de Oliveira Gonçalves Bellizia; Paulo Antonio Skaf; Pedro Luiz Barreiros Passos; Reginaldo Braga Arcuri; Renata Maria Paes de Vilhena; Ricardo Brisolla Balestreri; Ricardo Morishita Wada; Roberto Egydio Setubal; Roberto Luiz Justus; Roberto Rodrigues; Rosemarie Bröker Bone; Ruth Coelho Monteiro; Sergio Paulo Gomes Gallindo; Solange Maria Pinto Ribeiro; Sonia Guimarães; Teresa de Jesus Costa D'amaral; Viviane Senna Lalli; Zeina Abdel Latif.

Ministros, Secretários-Executivos e demais autoridades: Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal; Eliseu Padilha, Ministro Chefe da Casa Civil; Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda; Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça e Cidadania; Maurício Quintela, Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil; José Mendonça Bezerra Filho, Ministro da Educação; Ronaldo Nogueira, Ministro do Trabalho; Osmar Terra, Ministro do

Desenvolvimento Social e Agrário; Ricardo Barros, Ministro da Saúde; Dyogo Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, interino; Gilberto Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente; Marx Betão, Ministro do Turismo; Helder Barbalho, Ministro da Integração Nacional; Bruno Araújo, Ministro das Cidades; Torquato Jardim, Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle; General Sérgio Etchegoyen; Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Marcos Galvão, Secretário-geral das Relações Exteriores; Grace Mendonça, Advogada Geral da União; Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil; Paulo Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil; Gilberto Occhi, Presidente da Caixa Econômica Federal; Pedro Parente, Presidente da Petrobrás; Ernesto Lozardo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Marcos Jorge Lima, Secretário Executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Paulo Pedrosa, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Fabian Bornhorst, Representante do FMI no Brasil; o Francisco Gaetani, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; Lucien André Muñoz, Representante da UNESCO no Brasil; Niky Fabianic, Coordenador-residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil; Maristela Baioni, Coordenadora Geral do Programa do PNUD; Carlos Mussi, Diretor do escritório da CEPAL em Brasília.

3. COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente Michel Temer; Ministro Eliseu Padilha; Ministro Henrique Meirelles; Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg; Secretária Patricia Audi.

4. CONVOCAÇÃO

A reunião foi convocada conforme determina o art. 6º do Decreto 8.887 de 24 de outubro de 2016, via e-mails e telefonemas aos membros do Conselho.

5. INFORMES E EXPOSIÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República): – Bem, meus senhores e minhas senhoras, eu já fiz um cumprimento individual a cada qual dos senhores e das senhoras, mas agora quero fazer um cumprimento coletivo e, ao fazê-lo, naturalmente, cumprimento os membros da mesa, o Eliseu Padilha, o Henrique Meirelles, o Governador Rodrigo Rollemberg, a senhora Patricia, e cumprimento, naturalmente, todos os representantes de empresários, de trabalhadores, senhoras, senhores. Eu abro essa reunião dizendo que esta é a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que tenho a honra de participar, pelo menos, desde o instante em que assumi a Presidência da República. Portanto, eu quero, desde já, dizer uma palavra de agradecimento por terem, naturalmente, aceitado integrar o Conselho e a ele dedicar sua experiência, sua energia intelectual e, naturalmente, o seu tempo. Sei os compromissos todos que os senhores, nesta manhã, deixam em relação as suas atividades para dedicar-se mais ainda ao Governo e ao país. Portanto, nós estamos dando as boas-vindas a praticamente 60 novos Conselheiros. Acho que, mais precisamente, 59 novos Conselheiros. E nós, nesta composição, reforçamos a presença de todos nas áreas como saúde, segurança pública, primeira infância. Nosso foro, penso eu, torna-se mais plural e representativo, também com uma representação feminina, que é o dobro da composição do Conselho anterior e não preciso dizer que é importante que

seja assim. A mulher exerce um papel relevantíssimo na sociedade, não apenas o papel de chefe, quase chefe da família como mãe, mas hoje o de produtora da riqueza nacional, ocupando funções empresariais, educacionais, universitárias, da mais variada ordem, todas elas importantíssimas. E eu vejo, confesso, que agora que passei por todos os senhores e as senhoras, além dos ministros todos, a quem cumprimento e que se acham presentes nesta reunião, assim como muitos presidentes de bancos, a partir do presidente do Banco Central e de empresas públicas, mas eu vejo nesta sala uma extraordinária soma de talento e espírito público. Conheço, praticamente, a todos e a todas. Por isso, eu posso fazer tranquilamente esta afirmação e nós vamos trabalhar, todos nós para que vejam em nós um Governo de abertura ao diálogo e de união de esforços. Presentes se acham os setores produtivos da nação, de um lado os empresários, de outro, os trabalhadores. E eu quero dizer que embora eu tenha mencionado a palavra diálogo, que é um dos suportes do nosso Governo, ao lado da ideia de que é preciso reformar para crescer, eu quero dizer que o diálogo não deve ser apenas um ornamento, ou um mero acessório. É traço essencial, fundamental, importante, inafastável na democracia. Na democracia, você tem órgãos do poder com que você tem que dialogar. Você tem a opinião pública a quem você tem que render homenagens e você tem os vários setores da nacionalidade com os quais você deve permanentemente dialogar. Portanto, vou dizer talvez uma obviedade, mas não há diálogo construtivo sem franqueza. No Brasil que nós encontramos, pensamos nós, não havia apenas um déficit fiscal, havia também e lamento dizer-lo, também um certo déficit de verdade. E não é possível continuar assim. Devo dizer, para não haver dúvida, de que a gigantesca crise que herdamos é, em parte, produto de reiteradas tentativas, digamos assim, de disfarçar a realidade. É preciso encarar os fatos tal como são. Por isso, desde logo, eu peço aos senhores e as senhoras que compreendam a nossa primeira fala para dizer que encarar a verdade, muitas e muitas vezes é difícil, é delicado, é complicado, é desagradável, mas se você não encará-la, você irá ludibriar a quem todos nós, na verdade, servimos. Portanto, não nos falta determinação para agir, assim como não nos falta humildade para escutar que muitas e muitas vezes, quando o Governo pratica um ato, ele submete a consideração dos vários setores da sociedade e submete especialmente ao Congresso Nacional. E muitas e muitas vezes é preciso reformular um ou outro pensamento inauguralmente expressado pelo Governo. Mas isso significa aquilo que a democracia exige, que é humildade menos para falar e mais para escutar. E sabem os senhores e as senhoras que é o que temos feito desde a primeira hora. Neste Conselho, nós teremos um canal privilegiado para interlocução com diversos setores da sociedade. Estejam certos de que trabalharemos lado a lado com pragmatismo em busca de ideias para impulsionar o desenvolvimento do país. Os senhores e as senhoras, permitam-me dizê-lo, passam a fazer parte do Governo. Embora sem funções definidas no Governo, fazem-no pela presença expressiva que todos tem na sociedade e pela possibilidade que tem de auxiliar não o Governo, mas auxiliar a governar o país. Na minha concepção, Governo é a soma das figuras institucionais que integram o Executivo. Isto basicamente é o que tradicionalmente se costuma dizer ou chamar com Governo. Quando você fala em Governo, a primeira ideia que as pessoas têm é exatamente a ideia do Poder Executivo, particularmente, no sistema presidencialista, mas não é só. O Governo não é só isso. É preciso àquilo que eu chamo de governança, que se dá por meio do Legislativo. Acabei de mencionar que, quando você propõe alguma coisa no Governo, isto passa pelo Legislativo, demanda negociações, ao fundamento de que no legislativo estão presentes os vários setores da sociedade. Portanto, eu digo, é importante ter o apoio do parlamento para que tudo que nós, eu, os senhores, as senhoras produzimos em favor do país sejam por eles

avaliados. Mas, meus senhores e minhas senhoras, meus amigos, minhas amigas, isso também não basta. Eu trago, como fruto da democracia, um outro conceito que é o conceito de governabilidade, que significa o apoio da sociedade. Você precisa, portanto, ter o Governo, que são os órgãos institucionais. Precisa ter apoio político e precisa ter apoio da sociedade. Os senhores, por isso mesmo, e as senhoras serão os agentes da governabilidade. Serão, ao lado de muitos, os produtores de interação entre o Governo e a sociedade. Esta, meus senhores e minhas senhoras, não é uma reunião social, não é uma reunião que se vai fazer hoje e esquecer-la para realizá-la ou replicá-la daqui a dois ou três meses. Esta é uma reunião de trabalho. Portanto, quando nós terminarmos esta primeira parte logo à tarde, os senhores se reunirão em grupos, mas destes grupos, os senhores hão de produzir resultados. Portanto, reitero, não é apenas uma reunião social com vistas a trazer os mais variados setores (ininteligível) reitero, de trabalho. Hoje, aliás, por isto mesmo, nós trataremos da retomada do crescimento. O tema não poderia ser outro, que é a recuperação da economia e a geração de empregos que são a prioridade número 1 do nosso povo e, portanto, do nosso Governo. Começemos, pois, a enfrentar a realidade. Ao assumir o Governo encontrei o país, não preciso repeti-lo, imerso em uma das piores crises da nossa história. Cabia em nós, a nós todos, em primeiro lugar, introduzir uma mudança de atitude. Era necessário abandonar o isolamento do poder. Era necessário, como foi, construir pontes de entendimento, articular consensos. Era necessário, portanto, reestabelecer a relação harmônica entre os poderes como determina a Constituição. Acho curioso que, aqui no Brasil, meus senhores, as pessoas falam muito em independência dos poderes e se esquecem do 1º vocábulo que até topicamente está localizado antes de independência. Os poderes são harmônicos. Esta é a primeira determinação da soberania popular quando recriamos o Estado em 05 de outubro de 1988 e independentes. A primeira frase, a primeira palavra é a palavra harmonia, ao fundamento corretíssimo de que os poderes só são divididos para poder operar as várias funções do Estado. Mas o poder é um só, que não é nem do Legislativo, nem do Executivo, nem do Judiciário. É do povo. Basta saber ler a Constituição, coisa que pouca gente faz hoje. Nem se lê a Constituição, nem se lê os atos legislativos. Então, é importante fixar estas noções para que não fiquemos apenas no campo das palavras, mas fiquemos, isto sim, no campo conceitual que nos foi determinado pela soberania popular ao, como disse, criar o Estado em outubro de 1988. E para tudo isto, o viso principal, o objetivo principal também é pacificar o Brasil. Não há como continuar em um Brasil dividido em ideias, não tem importância, dividido em conceitos, não tem importância, porque a democracia vive, precisamente, da controvérsia, da contestação, da contrariedade, porém argumentativa, em que você lança ideias contra ideias, em que você lança razões contra razões, em que você lança argumentos contra argumentos. Esta é a tônica da democracia. Não pode haver uma, digamos assim, uma cisão. Vou talvez exagerar na palavra, mas uma cisão raivosa entre os vários brasileiros. Nós, que sempre tivemos a fama de sermos conciliadores e amigáveis. Mas antes do crescimento, isto que eu quero deixar claro aos senhores, não para que isto seja uma tônica do vosso trabalho, mas para vossa meditação, porque antes do crescimento impõe-se vencer a recessão. Antes, é preciso vencer a recessão. Só após essa tarefa é que podemos começar a crescer e do crescimento, retomar a emprego. São fases, meus senhores e minhas senhoras, inafastáveis. Como eu disse que aqui nós diríamos apenas verdades, precisamos espancar de uma vez por todas a ideia de que, digamos assim, bastou mudar o Governo que tudo se transformou em um céu azul e claro. As coisas demandam tempo, demandam tarefas ingentes e por isto, eu faço, fazemos, nós todos, uma distinção e três fases indispensáveis. Primeiro, o combate à

recessão. Logo em seguida, como consequência, o crescimento e, como consequência do crescimento, a retomada do emprego no país e, portanto para, desde já, eu digo que para retomada do crescimento, nós partimos de diagnósticos precisos, como acabei de dizer. A primeira afirmação nesse tópico para combate da recessão é que nossa crise é de natureza fiscal. Por muito tempo, o Governo gastou mais do que podia. Agora a realidade bate à porta e naturalmente, cobra o seu preço. Ao removermos o manto da chamada contabilidade criativa, que faz mal ao país, identificamos que o déficit público federal, vou dizer uma coisa que os senhores já sabem, era de 170 bilhões de reais e que a Previdência Social poderá chegar a 140 bilhões de reais. Quando eu era menino só ouvia falar em milhões. As pessoas eram milionárias. Hoje, não se fala mais em milhões, podem perceber. Fala-se em bilhões. Quando se fala em um déficit de 170 bilhões, parece que não, mas é uma coisa assustadora e com isto tudo, com este quadro inaugural que eu estou traçando, o que aconteceu? Ruiu a confiança dos investidores e dos consumidores, a inflação subiu, o risco Brasil disparou. O dado mais dramático, porque ele é (ininteligível) do nosso Governo, é o desemprego que alcança cerca de 12 milhões de trabalhadores. O preço, meus senhores, do descuido das contas públicas. Eu estou dizendo isso para mais adiante revelar a importância desta proposta de emenda constitucional que cuida do teto para os gastos públicos, mas o descuido com as contas públicas não é pago pelo governante, que gasta demais. Eu, aqui como presidente, o Ministro Meirelles, o Ministro Padilha, todos os ministros, apreciariam imensamente gastar muito, pudéssemos gastar vários setores muito mais do que a prudência recomenda. Nós todos apreciaríamos. Mas este descuido é pago pelo trabalhador, que sente os efeitos da responsabilidade fiscal no bolso, nas filas de emprego, no rosto aflito dos seus filhos. Nós só faremos o Brasil crescer substituindo o ilusionismo pela lucidez. Nosso primeiro passo, portanto, foi dar total transparência à situação financeira do Brasil. Por isto, aliás, é que propusemos um aditamento ao déficit inicial para revelá-lo como sendo de 170 bilhões e 500 milhões e, neste particular, volto aqui ao tema do diálogo. O Congresso Nacional, com grande sensibilidade, adentrou a madrugada para aprovar a revisão da meta fiscal de 2016. Por que eu digo a madrugada? Porque isto foi, meus, amigos, às 4h30min da manhã, em um gesto ímpar do Congresso Nacional, 4h30min da manhã lá se achavam com quórum, tanto a Câmara dos Deputados, como o Senado Federal, o que significa a conjugação, a conexão de todos, o interesse de todos em fazer com que as coisas deem certo no nosso país. Com a mesma celeridade, com a mesma rapidez, o Congresso prorrogou a Desvinculação das Receitas da União que estavam paralisadas, dormitavam à tempos nos escaninhos do Executivo e do Legislativo e foram, enfim, retomadas e aprovadas. Volto a dizer que isto foi possível porque decidimos enfrentar a realidade. Nós apresentamos propostas críveis e corajosas. Muita gente até diz: olha, o Meirelles e o Padilha, o Presidente não, mas o Meirelles e o Padilha serão muito impopulares lá na frente porque estas medidas são muito, quem sabe, complicadas, etc. Ninguém está preocupado com popularidade aqui. As pessoas estão preocupadas em resgatar o país. Portanto, nós estimulamos, volto a dizer, um diálogo franco e aberto e é exatamente nesse espírito que buscamos empreender as reformas que já não podemos adiar. Nossa primeira etapa agora é concluir a aprovação do teto dos gastos públicos. Já tivemos, aliás, duas expressivas vitórias na Câmara dos Deputados. Os senhores sabem que é uma coisa que as pessoas, às vezes, não percebem, mas esta votação do primeiro turno na Câmara dos Deputados se deu com 366 votos e necessários são apenas 308 votos. Então, primeiro ponto. Segundo ponto é que a proposta remetida pelo Executivo não ganhou nenhuma modificação no Legislativo. Foi aprovada tal como remetida ao Congresso Nacional. Uma ou outra ponderação, mas sem alteração

substancial no texto da Constituição. Já foi aprovada agora também na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e logo mais deverá ser aprovada, esperamos também por expressiva maioria, no Senado Federal. E os senhores sabem que são vários os benefícios do teto de gastos. Nós vamos mudar a trajetória do gasto público, que há muitos anos tem crescido acima da inflação e o Meirelles lembrou logo no começo: olha aqui, não se pode gastar mais do que a inflação. Então, a revisão de um orçamento para o outro só pode levar em conta a inflação do ano passado. O que trará, naturalmente, uma coisa que é fundamental para os agentes econômicos: previsibilidade. Trará confiança, que nós esperamos, se traduza em investimentos, consumo, emprego e renda. Com essa proposta do teto, asseguraremos ainda, viabilidade financeira das políticas sociais de que tanto necessitamos. Sem controle de gastos estas políticas seriam postas em cheque. Sem controle de gastos, em um dado momento, não haverá dinheiro para hospitais, para escolas, para programas de transferência de renda. Portanto, apenas com seriedade fiscal e sensibilidade social e aqui vão dois itens do nosso Governo que é responsabilidade fiscal de um lado e responsabilidade social de outro lado. E é interessante que em matéria de sensibilidade social, nós não ignoramos os mais carentes. Nós sabemos qual é a realidade brasileira que é uma sociedade de renda, digamos assim, multifacetada. Tem gente rica, tem gente média, tem gente mais ou menos, tem gente pobre, tem gente paupérrima. Por isso, nós, por exemplo, vale a pena, estou fazendo até um relatório aos senhores para servir um pouco de norte para os trabalhos que os senhores vão fazer. Nós reajustamos o Bolsa Família, que não era reajustado há mais de dois anos e nós fizemos um reajuste do Bolsa Família, porque entendemos que isso é indispensável. Aumentamos o Minha Casa Minha Vida, ampliamos substancialmente o Minha Casa Minha Vida e aumentamos o FIES, o Financiamento Estudantil, quando as pessoas diziam, se o Governo acabar com o FIES, o Mendonça é (ininteligível). O Ministro me trouxe um plano. Aumentamos mais 75 mil vagas no financiamento estudantil e aprovamos já as verbas necessárias no Congresso Nacional. Também instituímos - o Bruno Araújo, o nosso Ministro, conversou muito conosco - e formulamos a ideia do Cartão Reforma, que é uma verba de R\$ 5 mil reais ou um pouco mais a fundo perdido que as pessoas que ganham até R\$ 1.800 reais podem ir a Caixa Econômica Federal obter esta verba para pequenas reformas, reforma do seu banheiro, aumentar um quatinho, etc. ao mesmo tempo que o Bruno Araújo está estudando precisamente a consolidação fundiária nas cidades. Os senhores sabem que tem muita gente que mora nas Urbs, nas cidades, em pequenas casas, modestíssimas casas que não tem o título de propriedade e o Bruno está lá, no Ministério das Cidades, estudando a fórmula pela qual nós possamos fazer esta revisão fundiária e entregar títulos àqueles, não apenas na área rural, que os títulos não são entregues, embora haja muitos assentamentos, os títulos não são entregues. E nós vamos fazê-lo como também regularizar a posse, portanto, convertendo em propriedade, a posse daqueles que as tem nos municípios brasileiros. Será uma tarefa difícil? Será. Trabalhosa? Será, mas se nós não tivermos coragem para isso, não vale a pena estarmos aqui. Quero também dizer que ainda, quando eu falo dessa coisa da reforma, é interessante, nós tivemos um ato aqui com quase mais de 1.000 fornecedores de materiais de construção, porque é claro que este tópico do Cartão Reforma, que inicialmente é uma verba de 500 milhões, mas vamos aumentá-la muito mais, significa a movimentação de todos os produtores de materiais de construção, cimento, telha, enfim, tudo que se produz para uma casa. E também, já agora com vistas a incentivar a construção civil, nós aumentamos lá na Caixa Econômica, o Gilberto (ininteligível) está, o Caffarelli do Banco do Brasil, nós aumentamos o financiamento de 1 milhão e meio para 3 milhões, exata e

precisamente com vistas a incentivar a construção civil que é uma atividade geradora de muito emprego. E eu quero dizer também que este ajuste fiscal só estará completo, ou semi completo ainda com a reforma da previdência, cuja primeira proposta estamos finalizando e que remeteremos ao Congresso Nacional no próximo mês, portanto, antes do fim do ano. Mas eu quero dizer que esta é uma reforma que gera muitas angústias. Eu quero dizer que nós conduziremos todo o processo com muito diálogo e profundo sentido de responsabilidade. Os números que encontramos simplesmente não fecham. Os senhores sabem que se nós prosseguirmos no ritmo que vínhamos, em 2024 nós teríamos que fechar as portas do Brasil para balanço, porque a dívida bruta ultrapassaria ou empataria com o PIB. Portanto, não teríamos mais como gastar 1 centavo sequer. E, evidentemente, que a Previdência faz parte deste concerto. Mas eu quero dizer que não proporemos uma reforma qualquer. Nós proporemos reforma que, como deve ser, respeitará o direito adquirido e se pautará pelo princípio da equidade. E vejam os senhores e as senhoras que eu não estou dizendo nenhuma novidade. Esta não é uma tese do Governo. Nós vamos obedecer o direito adquirido e vamos tratar a todos com igualdade. Esta é uma determinação da Constituição, coisa que as pessoas, volto a dizer, não levam muito em conta. Por isso que, ao fazermos a reforma, uma reforma ampla, que dure por muito tempo, para fazer o Brasil crescer, tornando a previdência sustentável e justa, mas sem, volto a dizer, vulnerar direito adquirido e fazendo uma equidade entre todos os setores, seja da atividade pública, seja da atividade privada, seja daqueles que trabalham na área política para que não se aludam mais, não se invoquem mais privilégios inadmissíveis, mas nossas políticas de crescimento não se limitam ao controle dos gastos. Estamos implementando também uma agenda de produtividade. Precisamos, com urgência, reduzir os custos e aumentar a eficiência, essa produtividade, meus senhores, requer marcos regulatórios racionais, segurança jurídica, melhor infraestrutura, educação de qualidade, ciência, tecnologia e inovação. É claro, quando se diz isso, a primeira ideia que a mim me ocorre, inclusive, são palavras, mas no caso nosso, não o são. Na área da infraestrutura, por exemplo, sobretudo com o programa que nós lançamos, o programa Crescer, estamos abrindo espaço para o protagonismo do setor privado. Já lançamos 34 setores para concessões, porque nós tratamos o setor privado como parceiro, como gerador de prosperidade que é sem nenhum preconceito. Nós temos novos modelos de concessão que privilegiam a competitividade e restituem ao Estado o seu papel de regulador. A mesma convicção, convenhamos, livre de qualquer dogmatismo, levou o Congresso Nacional, com o nosso apoio, a por fim a obrigatoriedade de a Petrobrás participar de todos os projetos de exploração do pré-sal. A empresa pode agora, a Petrobrás, planejar suas atividades com base na racionalidade econômica e pela lógica de mercado. Terá escolhas e não amarras. Nesses setores chaves, nós contaremos com um ambiente mais favorável, a atração de investimentos e, naturalmente, aqui a criação de empregos de qualidade. Os senhores sabem que, interessante nestes 4 últimos meses, claro que ainda há, quero dizer isto, ainda há como perspectiva a ideia, será que esse Governo, será que vai para frente, será que as coisas vão caminhar? Ainda, digamos assim, uma razoável dúvida, evidentemente em face de uma, quase permanente, tentativa de instabilidade institucional. Mas nós não levamos em conta isso. Mesmo eu, estou há dois meses como, nós estamos, há dois meses com o Governo efetivo, mais quatro meses nós estivemos exercendo interinamente a Presidência da República. Mas ainda assim, como eu faço uma distinção entre a figura da Presidência da República e a figura do Presidente da República, quem assume a Presidência da República há de fazê-lo como se definitivo fosse, há de exercitá-la na sua plenitude e foi o que fizemos precisamente naqueles quatro meses de interinato. E

por isto que podemos anunciar agora uma série de medidas que vem sendo tomadas. E é curioso que como vem pouco a pouco se reestabelecendo a confiança, vamos tomar o exemplo aqui da Petrobrás. A Petrobrás foi um símbolo, digamos assim, do desajustamento empresarial. Hoje é uma empresa ajustada, tanto ajustada é que o seu valor de mercado aumentou nesses 4 meses, 145%. A Eletrobrás, por exemplo, nestes quatro, cinco meses o valor de mercado aumentou 245%. O Banco do Brasil, Presidente Caffarelli, aumentou, valor de mercado 98%. Os senhores perguntam, mas você que está criando isso? Não estou não. Eu estou tirando das pesquisas de setores especializados. Até acho que com toda a franqueza retirei da Revista Exame, da última, da penúltima Revista Exame, (ininteligível) setor produtivo, no setor do varejo há vários índices destacando que está começando a aumentar por causa dessa política que busca reestabelecer a confiança, porque sem confiança, e sempre diz o Padilha, primeiro passo é a esperança. O segundo passo é da esperança passar para a confiança. E eu acho que, agora, nós estamos começando a adquirir a confiança de todos os setores sociais do empresariado, dos trabalhadores e é exatamente o imperativo dos empregos que nos leva também, por exemplo, a prestigiar as micro e pequenas empresas, que são campeãs, incrível, mas são campeãs nacionais do emprego e respondem por praticamente metade dos postos de trabalho formais. É evidente que o primado da eficiência deve ser aplicar com o mesmo vigor ao funcionamento do Estado. É fundamental que gastemos melhor. Exemplo disso, nós encontramos logo nos primeiros meses do nosso Governo. Por exemplo, está o Ricardo Barros da saúde. Ao se tomar ciência do que ocorria na área da saúde, verificamos que era possível economizar mais de 800 milhões de reais cortando desperdícios e isso se deu e essas economias levaram, por exemplo, a uma solenidade aqui no Palácio em que 99 Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, passaram a receber verbas de custeio do Governo Federal que não recebiam. Portanto, com ganhos de eficiência, ganha a saúde pública. Também o mesmo fizemos na agricultura. Não sei se o Blairo está aí, mas o Blairo e o Sarney Filho estiveram em Marrakesh em uma reunião do meio ambiente em que o Brasil foi muito saudado, exata e precisamente por promover o desenvolvimento ajustado também com o meio ambiente. Com isto, eu quero significar que também no tocante ao meio ambiente nós temos as cautelas necessárias aplaudidas. Acabou de me dizer Sarney Filho por todos os participantes este encontro em Marrakesh. Mas lá na agricultura o (ininteligível) reuniu um grupo e fez, promoveu, acho que 133 medidas de desburocratização, ou seja, estou falando da eficiência do Estado, ou seja, medidas que muitas e muitas vezes levam 2, 3 anos, agora serão tomadas em 60 dias. E a partir daí, em uma reunião do Ministério eu determinei aos nossos prezados ministros que até o mês de dezembro, meados de dezembro, constituíssem grupos de desburocratização internamente nos Ministérios e me trouxessem os planos de desburocratização que nós vamos anunciar a todo o país para facilitar a tramitação de várias coisas que, seja no plano interno, seja no plano internacional, geram sempre a ideia, Governador Rollemberg, de que no Brasil tudo é difícil, tudo é complicado. Se você quer abrir empresa leva tanto tempo, se você quiser fechar, então, você leva a vida toda. E mais ainda, nós determinamos, por incrível que pareça, haviam 1.600 obras paralisadas, meus senhores, minhas senhoras e obras que importam em um gasto de 500 mil a 10 milhões de reais. Você botando 500 mil a 10 milhões de reais, você conclui 1.600 obras paralisadas. O Ministro Dyogo fez um levantamento. Vamos retomar paulatinamente estas obras paralisadas, já 1.100 obras programadas para logo serem retomadas. Isto vai gerar emprego, vai gerar material de construção, vai gerar confiança e vai gerar melhor eficiência, porque são creches, UPAs, UBS, Unidades Básicas de Saúde, pequenas escolas. É algo que vai

prestigiar e digamos assim, tornar mais tranquilos os municípios de todo o Brasil. Mas também não ficamos nisso, nós vamos pouco a pouco, sem embargo das dificuldades todas que temos de natureza financeira, nós vamos retomar também grandes obras, como por exemplo, a transposição do Rio São Francisco. Só para dar um exemplo aos senhores, quando chegamos aqui o ministro Helder me trouxe um estudo que revelava que lá em um chamado Cinturão das Águas, que é conexão com a transposição, havia uma aplicação de 10 milhões de reais por mês. Eu falei com o Meirelles e logo ampliamos isto para 30 milhões de reais por mês, exatamente para aqui falando no enfrentamento da seca no nordeste que é uma coisa sempre grave e repetitiva no nosso país. Portanto, senhoras e senhores, o Brasil não pode conviver com a autocomplacência, como se nós a todo momento, ah que pena, que coisa triste, mas ficamos conformados. Nossa orientação é clara: nós temos que responder sim a urgência das reformas, colocar o Brasil de volta nos trilhos e reformas que, digamos assim, entorpecidas por uma passageira sensação de prosperidade, deixaram ser promovidas. Mas a retomada do crescimento requer a união de todos e pressupõe direção clara. Exige realismo e coragem. Exige compreensão e diálogo. Mas eu quero dizer que o Governo nada fará sozinho e eu reitero que nos auxiliem nisso. Vamos combater a recessão, vamos retomar o crescimento e vamos gerar emprego, mas não vamos pensar que nós faremos tudo de uma vez. Como de resto, as próprias reformas, por uma colocação de natureza política, elas hão de ser feitas pouco a pouco. Estamos esgotando a PEC do teto dos gastos, vamos à reforma da previdência. Subsequentemente, vamos à reforma trabalhista que de resto até já vem sendo feita pelo Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal, em alguns acórdãos, já tratou de vários temas que, de alguma maneira dizem respeito à reforma trabalhista. Por exemplo, a possibilidade de que convenções coletivas entre patrões e empregados, que são as forças produtivas do país, possam prevalecer precisamente, primeiro, para manter o emprego. Segundo, para manter arrecadação que, quando o emprego não é formal, você tem arrecadação. E terceiro, para não ter blastos, porque quando você tem desemprego, você acaba tendo que pagar o seguro desemprego. Então, vejam como isto é fundamental para o país. Mas eu dizia aos senhores que o Governo nada poderá fazer sozinho. Eu estou certo que nestes Conselhos, neste Conselho, nós encontraremos juntos o caminho que nos devolverá o país próspero e justo que todos aspiramos. Portanto, a nossa obra é uma obra coletiva, não é apenas do Governo, mas é de toda a sociedade, sociedade fundamentalmente representada pelos senhores. Portanto, eu quero, mais uma vez agradecer aos senhores, desejar muito sucesso no trabalho e formalmente, desde já, eu quero dar posse aos 96 Conselheiros nomeados na última sexta-feira. Sucesso aos senhores.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Bom dia a todas as senhoras, a todos os senhores.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República): – Posso falar uma coisa Padilha? Os senhores estão ouvindo essa entrada, uma introdução nossa, mas na verdade, os senhores é que vão falar muito mais.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Vamos logo ir para a agenda para mostrar que aqui, quem fala mais são os Conselheiros. A mim caber, por designação do Senhor Presidente, a Secretaria

Executiva do Conselho e devo, desde logo, apontar algumas das metas, alguns dos rumos que determinaram a composição que aqui está. E como bem disse o Presidente, esta pretensão do Governo de mãos dadas com a sociedade civil, nós fazemos com que todos os seguimentos da sociedade possam participar no processo de gestão, representados de forma absoluta no Congresso Nacional e aqui com a representatividade que foi selecionada com base nos critérios que nós vamos agora, rapidamente, discorrer. Primeiro, o papel estratégico do Conselho. Nós estamos aqui com uma representação muito grande do PIB, mais os seguimentos mais dinâmicos da economia nacional. Também trazemos aquela clássica representação laboral do sindicalismo e uma ampla gama de interesses sociais. Nós queremos proporcionar consensos, integração e novas ideias para as políticas públicas. A composição, a representatividade buscou áreas de atuação, inovou com critérios técnicos, econômicos e sociais, priorizou quadros que dialoguem com a inovação e a sociedade digital para além das corporações tradicionais. Qual é o foco? O desenvolvimento, a retomada e a aceleração do desenvolvimento nacional. Temas que agora estão sendo dados com mais ênfase: saúde, segurança pública, gestão pública, empreendedorismo, inovação, TICs, direito dos consumidores, questão urbana, juventude, primeira infância, pessoa com deficiência, LGBTs. Como é que se fez para avaliar os nomes? Nós tivemos uma lista que foi depurada por sugestões do próprio Senhor Presidente da República. Nós tínhamos o impacto na opinião pública como um dos rumos, participação e atividade em temas sociais, culturais e empresariais, relevância econômica, impacto sócio-político. Na questão da composição por gênero, já foi dito e eu apenas faço a referência: hoje nós conseguimos ter 32.3% do Conselho representado por mulheres. Vai chegar o momento em que nós vamos ter, seguramente, igualdade absoluta ou em algumas atividades até a mulher já superando a participação masculina. Mas nós fizemos uma multiplicação de mais do que 300% em relação ao que acontecia. Quanto à atividade temática agrupada, nós tínhamos como principal atividade anteriormente a profissão, emprego e a macro economia. Agora nós vamos ter uma gama diferente, nós vamos observando como que foi o antigo e o novo. Nós vamos observar que, com exceção da produção, emprego, educação e cultura, o novo Conselho tem maior representatividade. Mais adiante, atividades mais importantes do novo CDES comparando a versão atual com a versão anterior: aumento de participação de intelectuais e acadêmicos e aumento da diversidade diretorial, setorial. Vamos observar que a academia e os intelectuais é que têm a maior participação hoje dentro do Conselho. Logo depois, seguido pela indústria e tecnologia e ONGs e assemelhados. Então, nós fizemos uma conversão na composição, procurando dar o corte mais horizontal na sociedade brasileira, trazendo com isso a representatividade mais expressiva, mais real, mais consentânea com o momento com o qual nós estamos vivendo. Quanto às atividades mais importantes, eu já referi, a acadêmica e intelectual tem 26%, a indústria e tecnologia, 13.5, ONGs e assemelhados, 13.5 e vai depois descendo. Se considerarmos os números anteriores, nós vamos ver que houve uma mudança em favor das ONGs e assemelhados, da academia e intelectuais, se nós considerarmos o que aconteceu, por exemplo, com a indústria, houve da indústria e tecnologia e da academia em relação ao que havia das ONGs e assemelhados, é o inverso. Portanto, a nossa principal temática, a dos Conselheiros, é a diversificação de temas. Nós procuramos dar um corte horizontal na sociedade brasileira (Ministro passa a apresentar os dados de composição atual em relação à composição anterior do CDES). Enfim, procuramos trazer para o Conselho o debate de temas que são fundamentais para aquilo que o Presidente Michel trouxe como mensagem e meta presidencial, de nós podermos fazer o Brasil, para usar a expressão que é dele, voltar aos trilhos do

desenvolvimento. Sobre a agenda, nós vamos ter 3 momentos de intervenções dos Conselheiros. Após cada uma delas o Senhor Presidente da República fará comentários em relação ao que foi dito. Para que fique claro desde já, sem dúvida nenhuma, as primeiras intervenções serão dos Conselheiros Nizan Guanaes, Paula Bellizia, Murillo de Aragão e Luiza Helena Trajano. O segundo bloco de intervenções será com Zeina Latif, Roberto Setubal e Germano Rigotto. No terceiro bloco de intervenções, falam Cláudia Sender, Renata Vilhena, Deusmar Queiroz e Abílio Diniz. Então, nós vamos aqui que a intenção do Presidente é realmente ouvir. Conselho vem para aconselhar e eu, sem tomar mais nenhum minuto, encerro a minha participação rigorosamente no tempo de 10 minutos que foi previsto e devolvo a palavra ao Senhor Presidente, que vai dar a nossa Secretária que falará, rapidamente, sobre o funcionamento do Conselho.

SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social): – Bem, bom dia a todos e a todas. É uma grande honra, depois de meses de trabalho, chegar a esse momento. A Secretaria do Conselho é responsável por todo apoio técnico e metodológico para que essas reuniões aconteçam, para que o diálogo possa acontecer. À tarde hoje, na oficina de trabalho, nós teremos a oportunidade de aprofundar mais as questões com relação ao funcionamento do Conselho e a metodologia que nós utilizaremos para eleger os temas que serão os temas de trabalho no próximo ano. A nossa ideia é que nós possamos estar elegendo quatro temas, para que o Conselho possa se debruçar e aprofundar as discussões. Aliás, uma das demandas dos senhores Conselheiros é que nós pudéssemos sempre anunciar qual é a próxima reunião, a data da próxima reunião para que os senhores possam se organizar. Para isso, a próxima reunião já está marcada na agenda do Senhor Presidente da República: dia 07 de março. Os grupos de trabalho, onde o diálogo pode acontecer mais livremente, , serão constituídos a partir da reunião da oficina. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República e o Ministro Eliseu Padilha determinaram que as discussões nos grupos de trabalho já aconteçam com a presença das autoridades públicas para que nós possamos garantir dinamismo a interlocução necessária entre a sociedade civil e o Governo Federal. Todos os senhores foram escolhidos cuidadosamente a partir da sua trajetória, senhores e senhoras, a partir da sua trajetória e da possibilidade que os senhores e as senhoras têm em contribuir para um diálogo profícuo com relação ao país que queremos e tanto precisamos. É uma honra tê-los todos aqui. Muito obrigada. Eu fui responsável por fazer a maior parte dos convites. Muito obrigada pela receptiva e caloroso aceite com relação a esse convite do Excelentíssimo Senhor Ministro Eliseu Padilha e do Presidente Michel Temer. Nós tentaremos aqui respeitar o tempo e fazer com que o diálogo aconteça. É a primeira reunião em que 11 Conselheiros falarão e essa é uma das ideias. É mais importante ouvir do que poder falar e nós queremos ao longo das reuniões, nesses próximos dois anos, dar palavras a todos os Conselheiros, fazendo uma alternância com relação a todos os Conselheiros que poderão se pronunciar. Essa é a nossa ideia, essa é uma primeira reunião e a ideia é que nós possamos desenvolver o diálogo a partir de então. Uma outra instância que foi formalizada a partir do decreto de funcionamento é o Comitê Gestor do CDES. O Comitê Gestor é formado por cinco Conselheiros que nos ajudarão nessa interlocução entre a Presidência da República e todo o colégio de Conselheiros. Na pasta dos senhores, encontrarão uma pequena cédula eleitoral em que os senhores, se tiverem interesse em se candidatar a membro do Comitê Gestor, poderão assinalar. A nossa equipe estará nesse momento agora recolhendo essas cédulas e a eleição eletrônica, nos melhores modos da Justiça Eleitoral do Brasil, se dará entre 24 e 28 de novembro. Os senhores

receberão por e-mail o link eletrônico para a realização da eleição. Desejo a todos os senhores um excelente dia de trabalho. Muito obrigada pelo aceite.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – E passamos as intervenções de imediato. Nizan Guanaes.

Sr. NIZAN GUANAES: – Bom dia a todos, senhor Presidente, senhores ministros. Ontem à noite eu me dediquei a conversar com os principais jornalistas do país aqui e ouvi-os um pouco. O que eu sinto, Senhor Presidente, é primeiro falando do meu setor, é que é fundamental passar essas reformas para o país e não é possível passar essas reformas sem um trabalho contundente e obsessivo de comunicação. Comunicação não pode ser uma coisa vicinal no seu Governo. Ela tem que ser central e o Senhor deve puxar para o Senhor a responsabilidade da comunicação e ela deve ser algo diário, obsessivo. É fundamental fazer o país compreender a necessidade dessas reformas. Considerando a data de 2024 para o momento em que não teremos mais recursos e na qual o Brasil virará um Rio de Janeiro, é fundamental chamar essa atenção à nação. E o Senhor não fará isso fazendo com que publicidade no seu Governo seja algo que esteja delegado a um Ministério ou a uma assistente. O Senhor tem que puxar isso para o Senhor e falar a nação. Já que o Governo ainda não tem índices de popularidades alto, aproveite, Presidente. A popularidade é uma jaula. Ninguém faz coisas contundentes com altos níveis de popularidade. Então, aproveite que o Senhor ainda não tem altos índices de popularidade e faça coisas impopulares que serão necessárias e que vão desenhar este Governo para os próximos anos. Aproveite sua impopularidade. Tome medidas amargas. Aliás, este é o grande desafio das democracias no mundo, como fazer coisas impopulares. A eleição dos Estados Unidos mostrou isso. Então, as coisas impopulares vão precisar ser adereçadas e é preciso comunicar o país. O país precisa entender por que é preciso fazer a reforma da previdência, por que o PEC dos gastos foram necessários e nós empresários, Presidente, nós não pudemos mais continuar tentando competir com o mundo com essas leis de Getúlio Vargas. As leis de Getúlio Vargas não são ruins, mas elas são leis da década de 1950. Nós não conseguimos mais competir com isso. Amanhã vai ser votado na Câmara uma proposta de terceirização. Ela é fundamental para todos nós. O Ministério do Emprego é o Ministério do desemprego e as leis são feitas para demissão. Então, nós empresários pedimos leis mais competitivas e acho que esse Conselho é o que deve ser (ininteligível), deve trazer para o centro disso. Quer dizer, nós precisamos de reformas para o país voltar a crescer e ajudá-lo nisso. E nós empresários precisamos de leis competitivas para as nossas empresas, porque nós não temos mais condições de conviver com essa carga fiscal e essas leis que são completamente defasadas no tempo. Muito obrigado e é um prazer estar aqui no Conselho.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Vamos à participação feminina: Paula Bellizia.

SRA. PAULA BELLIZIA: – Bom dia a todos, Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer, a todas as demais autoridades, Conselheiras e Conselheiros e a todos os presentes, um ótimo dia. Em primeiro lugar é uma grande honra fazer parte deste Conselho, com instituições plurais e diversas. Nós precisamos disso no Brasil. São qualidades fundamentais para construção dessa nossa sociedade. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e compartilhar com vocês a minha visão sobre progresso tecnológico e

inovação. Essa é uma agenda que eu gostaria muito de trazer para discussão, dado que é tão importante para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Na condição de uma executiva brasileira que já passou por algumas das empresas mundiais de tecnologia, eu vejo que esse campo do conhecimento terá muito a contribuir para o nosso desenvolvimento sustentável. Vou além, nós estamos em um mundo, em um momento histórico, em que a humanidade dará um salto somente comparável ao que foram a popularização da eletricidade e também do computador pessoal. O fundador do fórum econômico mundial, Professor Klaus Schwab, ele batizou o que nós estamos vivendo agora de a 4ª Revolução Industrial e não podemos ficar fora dela, uma vez que já ficamos fora de alguns outros momentos históricos que aconteceram na humanidade. A tecnologia que impulsiona esse novo momento é a computação em nuvem e ela nos traz capacidade tecnológica impensável até alguns anos atrás e que pode nos ser muito útil no Brasil nesse momento e nos permitirão avançar rapidamente em grandes questões que nós avançamos hoje no país e também na humanidade. Um exemplo que eu gostaria de trazer aqui e que a tecnologia pode permitir é a questão dos mapeamentos genéticos para a cura do câncer. Nós estamos falando de tecnologias que vão mudar a sociedade, como carros autônomos, como máquinas que aprendem, como a internet das coisas e da inteligência artificial. Parece que eu estou falando de futuro, mas eu não estou. Eu estou falando do presente e eu estou falando de como nós, no Brasil, podemos fazer uso dessa tecnologia para nos catapultarmos ao que é o nosso lugar no mundo de extrema competitividade e de inovação. O mais importante para mim neste momento do Brasil é que nós temos na nossa mão uma grande oportunidade. Essa tecnologia também traz desafios. Nós sabemos que essas tecnologias são capazes de executar automaticamente algumas das funções que hoje são executadas por trabalhadores, ou seja, se nós não trouxermos a educação para uma modernização, provavelmente, a tecnologia nos trará mais desafios e não é isso que queremos no Brasil. Nós queremos que o trabalhador brasileiro, através da educação, esteja pronto para 4ª Revolução Industrial, pois é ela que vai nos manter como cidadãos qualificados e capazes de integrar o mercado que é globalizado. E eu volto a falar que, apoiando o Nizan, nós precisamos ter competitividade global e não apenas no mercado nacional. Também creio que a educação precisa estimular esse comportamento de empreendedorismo. Empreendedorismo é uma das nossas causas e nós precisamos formar cada vez mais cidadãos e cidadãs que consigam gerar seus próprios empregos e criar eles mesmos as pequenas empresas que serão as grandes empresas no Brasil do futuro. Eu sou uma defensora das causas da educação e do empreendedorismo a partir de tecnologia e entendo que essas duas bandeiras podem avançar juntas. Eu gostaria de assumir aqui o meu compromisso, nesse Conselho, de trazer essas pautas. Ofereço o meu empenho e a minha experiência em tecnologia para que realmente possa causar impacto real nesse momento histórico que nós estamos vivendo no Brasil. Muito obrigada.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Murillo de Aragão.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: – Senhor Presidente, bom dia. Bom dia, ministros. Bom dia, Conselheiros. É uma grande honra e satisfação retornar ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social pela certeza que a sua criação foi uma das mais importantes iniciativas para expandir os apertados horizontes da cidadania no Brasil. Eu aqui dou a minha experiência para aqueles que agora chegam, pela possibilidade dos representantes da sociedade civil, do sindicato dos trabalhadores, dos organismos e profissionais liberais e

empresariais de poderem se comunicar com o Governo, mas, sobretudo, de poderem se comunicar entre si. Talvez a grande virtude do Conselho é permitir que diferentes convivam e possam debater temas relevantes para a nacionalidade. O resultado dessa interação, Senhor Presidente, é de grande importância para o país. Diversas leis foram aprovadas, tendo sido debatidas aqui a lei geral da microempresa, as novas regras contábeis, as regras laborais para trabalhadores nas lavouras, a cana de açúcar e outras tantas. Enfim, a retomada do Conselho vai permitir, Senhor Presidente, não apenas ter uma elevada alta consultoria, como o próprio Nizan disse, um think tank, à sua disposição, mas, sobretudo, permitir que se discuta com seriedade temas urgentes como a desburocratização, a melhora do ambiente de negócios, a complexidade do sistema tributário, a precariedade dos direitos dos contribuintes, a morosidade e a qualidade da prestação do serviço jurisdicional, a melhoria da educação, a modernização das relações de trabalho e sobretudo, Senhor Presidente, a redução da hegemonia do Estado sobre a sociedade. Esse é um ponto central na minha preocupação e, certamente, na preocupação de muitos. O Estado no Brasil é hegemônico e sufoca a sociedade. O Estado deve trabalhar para a sociedade e não a sociedade trabalhar para o Estado. Dando uma rápida olhada na lista de Conselheiros, Senhor Presidente, tem o conforto de que o Senhor estará muito bem aconselhado. São figuras de mais alta qualidade e de comprometimento com a cidadania. Por fim, uma palavra final aos funcionários do CDES que em tempos turbulentos e árduos mantiveram a chama acesa deste tão importante organismo para a cidadania. Este reconhecimento deve ser público e eu o faço aqui na pessoa da Secretária Patricia que irá manter essa chama viva e levar adiante esse importante instrumento para a democracia. Contem com minha experiência, com o meu empenho para continuar trabalhando em favor do país. Muito obrigado.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Luiza Trajano.

SRA. LUIZA TRAJANO: – Bom dia, Presidente. Bom dia, Ministro. Bom dia a todos. Prazer, eu sou uma brasileira apaixonada pelo Brasil. Todo mundo sabe disso. Não tenho partido. Na nossa empresa, há 20 anos, cantamos às segundas-feiras, nas 800 unidades, o Hino Nacional. Sou uma batalhadora porque eu acredito muito nesse país. Eu quero começar cumprimentando a Patricia. Eu acho que a Patricia fez um trabalho, Ministro Eliseu, maravilhoso. Ela visitou todo mundo, ela escutou, ela perguntou, ela ouviu, Presidente. Impressionante. E ela ouviu, ela prestou atenção e saía de porta em porta. Eu costumo dizer que a gente tem que ir passar a barriginha no balcão e a Patricia fez isso. Parabéns, Patricia. Eu acho que, em primeiro lugar, duas coisas vão separar uma empresa, um Governo: conhecimento e fazer acontecer. É muito difícil a gente unir o conhecimento com o fazer acontecer. Então, para isso é preciso ter muita prioridade. Eu costumo dizer que esse Conselho não poderia estabelecer mais que cinco prioridades para começar a trabalhar. Concordo também com o Nizan: sem comunicação, não tem jeito. Mas a gente precisa saber direitinho o que a gente quer comunicar, como é que a gente quer comunicar e para quem que a gente vai comunicar. Eu queria aproveitar esse momento e falar para a Patricia estabelecer datas certas, ter prioridades. Eu acho que ela está fazendo acontecer. Eu nem vou repetir agora, mas eu queria por uma prioridade na mesa, Presidente. Eu sei que o Ministro Meirelles está presente. Ele não pode dar subsídio para ninguém. Eu concordo que ele não pode, mas eu queria e não pode mesmo. Mas tem uma prioridade muito séria que

está em um perde, perde danado. O Ministro Afif sabe muito bem disso, Presidente. É a simplificação. Se esse país simplificasse, nós teríamos de 3 a 10% de custo que ninguém está ganhando, minha gente. Ninguém está ganhando com esse custo. Não está ganhando o Governo, não está ganhando o consumidor e não estão ganhando as empresas. O Ministro Afif tem um trabalho que a gente começou há dois anos atrás e nós temos que montar isso. É uma coisa que diretamente, ministros e Presidente, a gente teria um custo muito baixo, diminuiria muito os nossos custos, das nossas empresas. Não tem condição de continuar tendo 50 advogados para fazer as coisas. Nada contra os advogados, vocês me desculpem, mas eu estou falando para fazer coisa que não precisa. Então, assim, eu queria colocar, além de tudo que colocou, eu queria colocar, Patricia, um foco muito grande que é o Simplifique. O Ministro Afif tem um trabalho: Simplifique Brasil. É impressionante: tem empresa que tem 10% de custo. Só na burocracia que ninguém está ganhando. O varejo tem de 3 a 4%. Então, e eu acredito, como você falou, que só através da sociedade civil nós vamos conseguir fazer essas mudanças no país. Eu tenho trabalhado nas minhas palestras, em todos os encontros que eu tenho para que a gente largue de ser espectador e passe a ser protagonista. Montamos um grupo de mulheres do Brasil apartidário: os participantes não podem se candidatar, não podem montar partido. Há 3 anos estamos, mais de 2.000 mulheres, rodando. Aqui estão presentes algumas delas. Rodamos o Brasil inteiro com 10 comitês, trabalhando, lutando, e estudando, inclusive, o que é reforma política, onde podemos ajudar, o sistema político que a gente não conhece muito. Então, eu convoco a todos vocês, nesse momento tão difícil do país. Três coisas são importantes: emprego, renda e crédito. Nós temos aqui banqueiros muito importantes que precisam abrir o crédito um pouquinho para nós. Somos um país, Presidente, que 54% da população não tem máquina de lavar. Nós precisamos construir 23 milhões de casas próprias para ter um nível de igualdade social. Todo mundo merece uma casa, é a coisa mais sagrada das pessoas. É um país que tem um mercado maravilhoso, tem um povo maravilhoso, tem um clima maravilhoso. O que precisa é a gente se unir. Então, eu convoco todos. Parabéns, Patricia, pelo seu trabalho. Se o Brasil tivesse, se o mundo tivesse 40% de mulher, introduzia 23 bilhões, trilhões de euros na economia. Nada contra os homens, vocês são muito importantes. Muito obrigada, Presidente.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Ministro da Fazenda): – Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Governador, demais Ministros, Conselheiros. A minha ideia é fazer uma apresentação para todos exatamente focada no que nós estamos fazendo não só em relação à questão das despesas públicas, como já foi mencionada, mas também em relação a questões voltadas a produtividade. Em resumo: qual é o foco de ação do Governo hoje. Isto é importante para que começamos com um diagnóstico. Primeiro lugar, nós vamos começar com a questão do crescimento da despesa primária do Governo central. Por que a despesa primária? O que é a despesa primária? A despesa primária é aquela despesa sem juros, isto é, a despesa total do Governo que ele próprio pode controlar, o Executivo e o Legislativo, os juros dependem de mercado. Desde o início da década de 90, nenhum Governo reduziu a despesa primária do Governo central com proporção do produto, porque nós temos que comparar a despesa com o total de riqueza produzida pelo país que é o PIB. Em 94, como sabemos, o Plano Real abriu a porta para o financiamento, fechou a porta para o financiamento monetário da despesa pública, abrindo a porta para estabilização da economia do ponto de vista da inflação, porém, continua aberta a porta para eventual expansão do gasto público, que é muitas vezes excessiva. A questão aqui era

política e nós vamos voltar esse ponto: a dificuldade política de se conter a expansão do gasto público. Faltava institucionalização da disciplina fiscal que, na prática, naquele momento, estava sendo observada. Vamos olhar aqui (apresentação) a despesa primária do Governo central como proporção do PIB que é a medida relevante de 1991 a 2015. A primeira barra vermelha é 1991 porque é quando se começou a ter estatísticas melhores e depois o último ano de cada Governo, em vermelho: então temos 94, etc., 98, 2002, 2006, etc. Pois bem, em azul, a despesa primária com proporção do PIB nos outros anos. E nós vamos olhar como a linha vermelha, as barras vermelhas, elas crescem quase como uma trajetória constante. Isto é, não há até agora nenhuma evidência de que os projetos e ajustes fiscais tenham funcionado até esse momento, isto é, objetivamente, o resultado é um crescimento constante. Qual é a razão fundamental disso? Razão fundamental é que mais de 75% do total das despesas é definida pela Constituição, aprovada em 1988. Vamos lá. Nos últimos anos, no entanto, e nós podemos ver por aquele gráfico, a política econômica passou a buscar um crescimento acima do potencial, um controle de preço, uma expansão de crédito e resistência para os movimentos restritivos de política monetária quando necessário. Os custos do insucesso dessas medidas foram transferidos para o Tesouro Nacional como mostra a aceleração dessa curva nos últimos anos. De 2007 a 2015, por exemplo, acima da inflação, isto é, em termos reais, o crescimento da despesa primária do Governo central, isto é, o Governo Federal cresceu 56%, que foi o triplo da elevação do PIB, 18%. Bom, de onde vem esse crescimento expressivo das despesas? Essencialmente de previdência, assistência social e programas (ininteligível) despesas de custeio da saúde e educação, subsídios e subvenções econômicas. O que as projeções indicam, no entanto? Vamos olhar apenas um item mais relevante que é a questão da previdência, com as regras atuais, as despesas do INSS passariam de 8% do PIB em 2016 para 17,5 em 2060. Alguns me perguntam, por que fazer uma projeção tão longe? É porque os agentes econômicos, os mercados, etc., eles trabalham com as projeções, não trabalham apenas com o que vai acontecer no próximo mês e a tendência, ela é insustentável, por quê? Apenas para mantermos o tamanho do déficit atual da previdência, só para manter o déficit, não é para cobrir o déficit não, manter onde ele está como proporção do PIB seria necessário aumentar carga tributária em 10% do PIB acima da carga tributária que nós vamos mostrar já está excessiva. Muito bem, mantida a tendência recente do crescimento da despesa, a dívida bruta ultrapassaria 100% do PIB em curto espaço de tempo, poucos anos. Bom, qual é a lição que isso nos traz? Em primeiro lugar, é necessário otimizar a utilização dos recursos públicos. É necessário garantir que os programas de assistência social sejam direcionados somente para aqueles que realmente precisam. Isso é fundamental. É necessário reformar a previdência e é necessário reduzir a rigidez do orçamento desvinculado e desindexar o gasto público. Hoje, muitos desses gastos, como vemos, são indexados constitucionalmente, muitos deles indexados a receita tributária. Então, isso garante um crescimento acima, muitas vezes, do PIB. Muito bem, outro ponto importante, é um gráfico detalhado, mas compara aqui e eu até tomei emprestado esse gráfico. Ele é interessante porque ele compara a carga tributária do Brasil com outros países da América Latina. Isso na linha vertical e nós vamos ver lá em cima: o Brasil é a maior carga tributária da América Latina. Na horizontal, à direita, vai crescendo a renda per capita. Então, temos o Brasil mais ou menos no meio, depois (ininteligível) Argentina, Uruguai, Chile, (ininteligível) um pouco melhor e (ininteligível) lá na frente. Agora, é importante que independente do nível de renda, o Brasil é a carga tributária mais elevada. O que fazer? Muito bem. Primeiro, foco na contenção permanente de despesas e no aumento temporário da receita. O que significa o aumento

temporário de receita? Por exemplo, programa de repatriação que foi feito recentemente e que pode ser aberta mais uma oportunidade ou não adereçando o Congresso Nacional, por exemplo, as receitas de privatização, de concessão, de outorga, etc. Mas é importante que a despesa seja controlada de forma permanente. Foco na redução da dívida pública com o percentual do PIB. Isso é fundamental. A dívida pública pode atingir, se não tomarmos providência, percentuais que sobem acima de 100%, 120 e, dependendo das projeções, até 160%. Isto não é sustentável. Foco na redução do papel do Estado. O que significa isso? No momento em que nós controlamos, por exemplo, as despesas, nós estamos deixando mais recursos na mão da sociedade para investir e para consumir, porque quanto mais despesa tem o Estado, mais tem que captar seja através de impostos, seja através de dívida e isso, evidentemente, começa a exaurir recursos da sociedade, o que faz com que isso vai agigantando o tamanho do Estado e tornando de difícil gerencia, inclusive. Foco em aumento da produtividade, da competitividade e do crescimento potencial. Itens aqui da maior importância. Alguns já foram mencionados pelo Presidente. A questão, por exemplo, trabalhista, alguns itens que, inclusive, já estão em discussão, inclusive, no Supremo Tribunal e outros itens no Congresso Nacional. Por exemplo, a Lei da Governança das Estatais. É fundamental. Você pode imaginar a diferença que faz no momento em que o dirigente da estatal tem que passar por critérios profissionais de escolha. Isso faz uma diferença vital, absolutamente fundamental. Agora está em discussão a lei que estabelece a governança dos fundos de pensão das estatais, também, a menor tem 160 bilhões de reais sendo administrados pelos fundos de pensão. A gestão profissional é absolutamente fundamental. Isso protege o administrador na medida em que a lei coloca critérios, (ininteligível), para o preenchimento desses cargos. Todo o projeto de privatizações, de concessões e etc., que já foi anunciado pelo Governo. São 34 já novos projetos, como especificado pelo Presidente. Em resumo, tudo isso aumenta a produtividade e mais uma série grande de outras medidas que virão passo-a-passo. O importante aqui é foco e, como nós já vimos, tentar atirar para todos os lados como muitas vezes já se tentou ao mesmo tempo, não resolve o problema, porque nós temos que aprovar uma medida e implementá-la. Porque são medidas, na maioria delas, que demandam, no caso das despesas, mudança constitucional. Bom, muito bem, qual é a medida específica? A PEC que era 241 na Câmara e agora 55 no Senado. PEC é Proposta de Emenda Constitucional. Ela limita a 0 o crescimento real da despesa primária do Governo por 20 anos. Significa o seguinte, que ela cresce segundo a inflação do ano anterior. E ao longo do tempo, espera-se que a inflação seja de um ano para outro, ela não vai cair sempre como esperamos que aconteça. E a expectativa também de todos analistas é que ela caia no ano que vem em relação a este ano. Mas isto, evidentemente, não é um processo que vai durar o tempo todo. A inflação deve se estabilizar ao redor da meta. Pois bem, nesse sentido, ao longo do tempo, é um crescimento real 0. Esse limite pode ser modificado a partir do 10º ano por iniciativa do Presidente da República com aprovação do Congresso, desde que, evidentemente, as coisas estejam, a essa altura, já funcionando muito bem. No projeto de lei para o orçamento de 2017 já foi observado este limite de crescimento, que está previsto na PEC. Vamos olhar aqui no gráfico para mostrar uma coisa interessante, o que seria hoje a despesa primária do Governo Federal se tivesse sido aprovada uma PEC nos termos da atual em 2006. Discutiu-se em 2006 algo parecido, mas vamos supor que fosse esta PEC aprovada em 2006. Em azul claro, como teria evoluído a despesa pública? Seria outro país. Teria uma despesa pública total metade do que nós temos hoje. Esse gráfico fala por si só. Não precisa dizer mais nada. Vamos em frente. Reforma da previdência. A sistemática atual é insustentável. Ela é injusta ao conceder privilégios a pequenos grupos.

Ela sobrecarrega toda a sociedade, ela contempla uma idade mínima para aposentadoria e redução das disparidades entre os diversos regimes, que é muito importante. E ela garantirá o direito do trabalhador de receber sua aposentadoria. Eu tenho conversado com muitos trabalhadores que se preocupam com a idade da aposentadoria: me dizem, não, mas eu me planejei aposentar aos 54, eu não gosto de trabalhar, eu prefiro me aposentar mais cedo. Eu digo, está bom, agora o que você prefere, se aposentar mais cedo ou ter certeza que você vai receber a sua aposentadoria? Eu prefiro ter certeza que eu vou receber a minha aposentadoria. Está bom, então, para isso o Estado precisa ter condições de pagar e, portanto, precisa ser sustentável. Então, este é um processo absolutamente fundamental. Eu gostaria de mencionar agora também uma outra questão: que a PEC prevê e que não é muito bem entendida. São dois conceitos diferentes: o que se estabelece é um limite máximo do crescimento da despesa, igual à inflação do ano anterior, como eu mencionei. Isso chamamos de teto para simplificar, mas existe um outro conceito que é confundido com o teto, mas é o contrário, que é o piso. Existe um piso, um mínimo de investimento de custeio de saúde e educação previsto pela Constituição. Então, o que está se propondo é que este piso tenha critérios de evolução similares ao teto do total de gasto. Isto é, se garante sim a manutenção real das despesas e investimentos em saúde e educação. Isso é absolutamente crucial. Estávamos falando antes de comunicação. Certamente, isso é algo que precisa cada vez ser melhor entendido e melhor comunicado, de que de fato nós temos um piso e que este piso, inclusive, ele já, na partida, é superior ao piso que está previsto na Constituição hoje para a saúde, por exemplo. Portanto, na realidade, é uma expansão. Resumindo, garantem-se as questões fundamentais. Um outro gráfico que eu tomei emprestado, que é muito interessante, porque eu gostei dele é exatamente que mede a previdência que, no Brasil, sendo muito cara e que ela é o seguinte: aqui mede o tempo médio de aposentadoria para homens e mulheres do Brasil, comparado com outros países. Vou passar aqui só para mencionar o seguinte: México, cerca de 73 anos para homens, por exemplo, Brasil, 54. Bom, claramente não é sustentável isso. E é interessante. O México é aquele que tem uma idade maior. Em resumo, esta sistemática atual não é sustentável principalmente porque a expectativa de vida está aumentando. Então, as pessoas cada vez vivem mais e cada vez mais nós temos pessoas que, inclusive eu, conheço vários que começam a dizer, tem mais tempo de aposentado do que de trabalho, de contribuição. Então, é importante que nós enfrentemos, porque alguém tem que pagar isto. Este é o problema. Então, a conta tem que fechar senão o país como um todo sofre. Pois bem, vamos, portanto, mencionar que são necessárias medidas adicionais. Certamente, por exemplo, o Presidente já enfatizou maior engajamento do setor privado no processo de desenvolvimento do país. Como eu disse, a própria contenção de gasto do Governo já é isso. Mas todo o projeto de privatização, de concessões, de outorgas e etc., a questão fiscal de racionalização fiscal. Esta reunião de hoje, deste Conselho. O Governo está ouvindo os senhores e as senhoras, é muito importante que, como um todo, o setor privado, os trabalhadores, os empresários, os investidores e todos profissionais liberais estejam engajados no processo de crescimento do país e de discussão e de resolução. Reformas estruturais voltadas ao aumento da produtividade e da competitividade, já mencionamos isso, fortalecimento das agências reguladoras, por quê? Para que as normas sejam claras e previsíveis, por exemplo, na infraestrutura. Isso é fundamental. Um dos problemas hoje é a insegurança com as normas futuras. Portanto, é uma questão vital que quem vai investir tenha uma previsão de lucratividade aceitável que justifica o investimento, mas também de previsibilidade, porque ela vai continuar. Porque se as regras forem imprevisíveis e forem

mutáveis, não há como se fazer isso. E a agência reguladora independente e sólida é importante e melhora o ambiente de negócios, por exemplo. O que é esta questão do ambiente de negócios? É a questão em última análise da questão viável é produzir no país. No fundo, é isso. É uma medida do Banco Mundial que eles chamam de doing business, o que é? É uma lista que eles fazem de uma enorme série de assuntos e que eles fazem uma classificação de país. O Brasil que já estava em 116, sendo o número 1 o melhor. É o mais produtivo e vai caindo na escala de cento, aproximadamente, 50. O Brasil estava lá em 116. Piorou e agora está um pouco acima de 120. Nós fizemos um acordo com o Banco Mundial e o Banco Mundial vai nos dar toda a experiência, todo o banco de dados. Nós vamos trabalhar juntos e o Banco Mundial, juntamente com técnicos aqui do Governo Federal, trabalharemos no sentido de não mudar o termômetro, mas de fato fazer com que a temperatura melhore. O que eu quero dizer é o seguinte: é fundamental aqui que as medidas tomadas, uma longa lista de medidas, de fato, vá fazer com que o Brasil seja cada vez mais produtivo. E aqui são questões desde grandes, como nós estamos discutindo aqui, até questões aparentemente menores. Por exemplo, o Presidente mencionou abrir e fechar empresa. Mas tem outras coisas. Uma licença do corpo de bombeiros da cidade lá, uma licença na junta comercial e vai por aí. Quer dizer, é uma lista enorme de assuntos que nós vamos atacar para que o país seja mais produtivo. Portanto, resumindo o quadro, nós diríamos o seguinte: muitos avanços existiram de 94 até a década passada, porém continua aberta a porta para o crescimento excessivo dos gastos públicos. Isso acelerou-se nos últimos anos. Entraram a despesa e a dívida em uma trajetória insustentável e aqui eu vou mencionar algo muito importante: é esta razão fundamental pela qual o Brasil vive hoje a maior recessão da história nossa. Por quê? Porque começou cada vez mais haver uma insegurança na sociedade da capacidade do Governo de financiar essa dívida e a insegurança foi aumentando. Com isso, as empresas deixaram de investir, deixaram de contratar. A insegurança futura, evidentemente, somada à crise política e etc., uma série de problemas. Então, nós entramos nessa trajetória cadente que começa a ser revertida. Mas para isso é fundamental, de novo, que essas propostas sejam aprovadas como estão sendo e essa é a extraordinária notícia. Nós temos, em relação ao que vimos nos últimos tempos, uma inflação que chegou a 2 dígitos. Novamente, taxa de juros reais muito, nominais, muito elevadas e etc., que é produto dessa desconfiança que nós enfrentamos no passado. A correção da deterioração das contas públicas é pré-condição para que a economia cresça de forma sustentada, com estabilidade de preço e, assim, voltar a gerar emprego e renda. Isto é que é a questão central do Brasil hoje. E todas as demais medidas, evidentemente, são fundamentais para aumentar a capacidade do Brasil de crescer. Isso só será possível com aprovação da proposta de emenda constitucional do teto e da previdência, mas também em seguida, de toda uma série de outras medidas de menor impacto, mas que são da maior importância, principalmente para que o país possa voltar a crescer mais. Quer dizer, em um primeiro momento nós temos que sair da recessão, voltar a crescer, entrar para o positivo o ano que vem. Mas, depois, nós temos que cada vez mais aumentar essa taxa de crescimento. E, muito importante, aumentá-la de forma sustentável, porque um dos maiores problemas que nós enfrentamos nas últimas décadas é esta questão de que de tempos em tempos nós temos uma crise. Por que esta crise? Na maior parte das vezes, foi fiscal. Se nós olharmos historicamente, tem um problema fiscal, problema de dívida pública, seja no começo da década de 80, seja depois. Seja na moratória de 97, depois do Plano Collor de 90, etc., depois na crise de 98, que levou a lei da responsabilidade fiscal de 99, depois 2002 e agora. Isto é, nós temos que eliminar uma causa, um problema que está presente em toda

essa trajetória que é a questão da evolução obviamente insustentável das despesas públicas, não financiável, ao longo do tempo. Então, basicamente é isso: com aprovação da PEC e da reforma nós poderemos ter uma diminuição consistente, como eu já mostrei, da despesa primária em relação ao produto. Isto pode ser feito e aqui é muito importante. No passado, como foi feito? Era sempre com elevação permanente de impostos, corte temporário e agressivo de gasto discricionário. Por quê? Porque temporário, porque não era sustentável, na medida em que a Constituição assegurava, inclusive, o crescimento das despesas obrigatórias. Postergação de pagamentos também. Não vou nem entrar muito nesse detalhe, mas existem casos. De fato, quando nós assumimos, inclusive, a ideia foi, o primeiro desafio foi tentar, de fato, localizar e mostrar onde estavam os problemas e principalmente as contas, contas não pagas que não estavam, inclusive, registradas no orçamento. Então, tudo isso hoje está transparente. Está claro, o déficit está declarado. Estamos enfrentando a situação, de fato, de uma forma objetiva. O viés inflacionário da política fiscal desaparece. Esse é um dos problemas hoje, causando a longo prazo uma redução estrutural da taxa de juros, o que significa a taxa neutra independentemente do que o Banco Central vai decidir fazer nas próximas reuniões, que já é uma questão de inflação. E a política monetária será mais eficaz. Os ciclos monetários, os ciclos de negócio passam a ser mais suaves. Ciclos econômicos têm, toda crise que afete o mundo todo pode afetar o Brasil. Mas nós temos uma questão de que nós temos estado sujeitos à crises frequentes e muito fortes. Portanto, nós temos que sair desse ciclo. O Governo deixará de ser o grande observador de poupança. Isso é fundamental: a taxa de investimento e crescimento potencial serão aumentados e em consequência, o emprego, o salário, o lucro e o bem estar das famílias. Basicamente é o que eu gostaria de colocar para todos. É importante a participação de todos, é importante que depois disso estejamos engajados nos próximos passos. Vamos em frente. Obrigado por estarem aqui e vamos realmente mudar o Brasil.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Continuamos com as intervenções dos senhores Conselheiros. Uma questão de ordem. Questão de ordem é linguajar de advogado, para todo mundo ficar claro que se trata de uma advogada, aliás, brilhante advogada.

SRA. MARIA BERENICE: – Eu tenho que dizer que eu adorei todas as manifestações que foram feitas até agora por parte dos demais Conselheiros, mas eu confesso que eu não sei qual foi o critério de escolha dessas falas que estão sendo feitas. Um dos grandes motivos que eu aceitei participar desse Conselho, eu vi até quando fui convidada da importância que o Senhor Presidente dava a participação das mulheres, e aqui também nessa manifestação que ele fez hoje. E quando se fala de reforma da previdência, eu gostaria só de fazer um apelo ao Senhor presidente: é indispensável que se mantenha a diferença da idade na aposentadoria. Nós não podemos tentar salvar este país mais uma vez prejudicando as mulheres. Sabemos que as mulheres ganham menos que os homens. Sabemos que elas são as responsáveis pela casa, a dupla jornada de trabalho. Ninguém duvida disso. Trinta e dois por cento das famílias estão só na mão das mulheres. Nós sabemos disso. E também os idosos e os doentes da família sempre ficam a cargo dela. Então, é absolutamente injusto, porque essa igualdade entre homens e as mulheres que está na Constituição é uma igualdade a ser alcançada e a Constituição é sensível a isso quando faz essa diferença. Então, eu acho que nós não podemos e esse é o apelo que eu faço, sabe? Pensar que existe essa igualdade, olhar para uma parcela mínima da população e esquecer a grande maioria das

mulheres que, de fato, dentro do mercado de trabalho, precisam ter esse olhar diferenciado e uma aposentadoria menor porque ela vai continuar ajudando o Estado, criando os netos para as mães poderem trabalhar. E nós sabemos que essa é a realidade. Então, a intervenção foi em função disso, porque não tive, não fui consultada da possibilidade (ininteligível).

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Obrigado Dra. Maria Berenice, muito obrigado. Está registrado. Nós vamos pedir escusas aos Conselheiros que já se manifestaram e vamos enunciar aqui aqueles que já se manifestaram com a métrica que vamos observar de agora em diante, Nizan Guanaes, é fundador do Grupo ABC de Comunicações. Todo mundo sabe, mas sempre é bom a gente lembrar. Paula Bellizia é Presidente da Microsoft Brasil. Murillo de Aragão é sócio, fundador e Presidente da Arko Advice e do Instituto Brasília. Luiza Helena Trajano é Presidente do Conselho do Magazine Luiza e do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo IDV. Pois bem, passamos a segunda rodada de intervenções e iniciamos pela Doutora Economista Chefe da XP Investimentos, Zeina Latif.

SRA. ZEINA LATIF: – Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia a todos, autoridades presentes, membros do Conselho. O Governo tem dado a devida ênfase na questão fiscal que eu julgo absolutamente adequada, acho que não há dúvidas que a crise fiscal é a mãe de todas as crises. Então, não temos muita opção aqui, mas feita essas considerações eu gostaria de avançar em 3 pontos. O primeiro ponto já foi colocado pelo Nizan que é a questão da comunicação. Quer dizer, a questão da transparência: comunicar o que para a sociedade? Na verdade, a comunicação é necessária, mas eu acho que precisamos ter transparência do tamanho do rombo fiscal, do tamanho dos esqueletos que a gente pode ter para o futuro. Isso é particularmente importante agora nessa discussão da grave crise dos Estados. Eu acho que a sociedade precisa saber o tamanho do déficit atuarial dos Estados, o tamanho dos esqueletos que a gente pode ter. Então, nessa comunicação, eu acho que a transparência em relação à gravidade da crise, a transparência, a meu ver, fortalece a nossa democracia. Ela, de alguma forma, é uma vacina para que futuros governantes não caiam nos erros do passado e que a gente de fato respeite disciplina fiscal. Então, essa é a primeira colocação. A segunda colocação é que eu temo que a lua de mel ela esteja indo embora. Quando a gente olha o comportamento até dos índices de confiança, a gente percebe que já não tem o mesmo vigor na sua recuperação. O cenário internacional tão pouco ajuda. A gente observa os preços de ativos, quer dizer, o dólar, a bolsa, curva de juros, já em um outro movimento. Então, isso, a meu ver, indica uma necessidade de celeridade no avanço de reformas. Eu vejo, muitas vezes, o Governo avançando por etapas, que eu acho absolutamente pragmático, mas eu acho que talvez tenha que abrir algumas etapas e correr em paralelo. Então, acho bastante importante que rapidamente seja enviada a PEC da previdência e o diálogo, necessário diálogo e comunicação com a sociedade e todas as negociações políticas. Na questão dos Estados, dada à gravidade da crise, acho que vai ter que ter, de alguma forma, uma vez os dados em cima da mesa, sobre o tamanho do problema, quais as medidas estruturantes que os Estados propõe e aí sim, após isso ter algum tipo de mão estendida do Governo. Eu acho que não dá para o Governo Federal estender a mão sem ter algo concreto dos Estados em relação às questões estruturantes. Já foi feita renegociação da dívida e acho que faltaram números, faltaram realmente, diagnósticos claros do que precisa ser feito. E a última consideração - o Ministro Meirelles já falou sobre a agenda microeconômica - eu

julgo que seria muito importante delimitar mais claramente essa agenda. Nós sabemos que tem norte, que tem prioridades, mas acho que é importante o Governo estabelecer qual é a agenda para os próximos 2 anos. E aqui gostaria muito que fosse explorada a questão da complexidade tributária, a questão da necessidade de definição do papel das agências governamentais para a questão do investimento a infraestrutura. Como os papéis não estão bem delimitados, a gente acaba tendo também uma maior insegurança jurídica no país. Então, eu acho que esses dois pontos merecem, a meu ver, nós nos debruçarmos. Acho que a própria posição do Brasil nesses rankings de competitividade já dá uma dica daquilo que é prioridade no curto prazo e, muitas vezes, medidas administrativas podem resolver. Então, enfim, minha colocação é essa, quer dizer, como economista o que eu tenho a dizer é que eu acho que o quadro econômico é extremamente frágil. Nós ainda estamos buscando, procurando sinais de fato de estabilização da economia. Portanto, não há uma margem de erro muito grande. Realmente precisa ter celeridade nessas agendas todas e acho que um ponto para todos nós aqui nessa sala, enfim, para a sociedade é não apenas a questão de enfrentamento do Governo. Acho que todos nós temos que sentir o peso, a responsabilidade nos ombros pelo país. Toda vez que o Governo propõe uma medida, alguém se manifesta e é contra porque, claro, tem sempre uma legitimidade na defesa, mas se todos nós formos defender interesses particulares, o Brasil não vai resolver mesmo melhor, mais bem intencionado dos Governos. É isso. Obrigada.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Passemos, de imediato, ao Dr. Roberto Setubal, Presidente do Itaú e Presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos, Febraban.

SR. ROBERTO SETÚBAL: – Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, excelentíssimos senhores Ministros Henrique Meirelles, Eliseu Padilha, demais autoridades presentes, companheiros aqui de Conselho. É com grande satisfação que vejo hoje o Brasil no rumo correto, pois estávamos no caminho do colapso, consequência de políticas inconsistentes, equivocadas por muitos anos, que minaram completamente a confiança na capacidade do Governo anterior de reestabelecer o crescimento econômico. Havíamos entrado em uma espiral negativa que certamente nos levaria ao fundo do poço. O novo Governo assumiu e rapidamente definiu uma equipe econômica de alto nível que propôs um programa crível, realista e com isso, reestabeleceu a confiança e assim aquele cenário econômico pior que estávamos caminhando saiu de cena. Mas precisamos retomar o desenvolvimento, pois só com o crescimento seremos capazes de solucionar os nossos problemas. A crise tem raízes profundas, frutos de vários anos de políticas equivocadas e a quantidade de problemas acumulados é muito grande. Além de bastante conhecidos, problemas no setor público, há também diversas mazelas em vários setores da nossa economia privada. É certo que anos de políticas ruins não se resolvem em poucos meses de boa gestão. Portanto, teremos que perseverar nesse caminho até que resultados apareçam. É certo também que temos que, primeiro, colocar a casa em ordem, retomar o equilíbrio fiscal, adotar políticas que fortaleçam a confiança no bom funcionamento do mercado com o mínimo de interferência além daquele necessário para o seu bom funcionamento. Reformas são necessárias e cumprimento Vossa Senhoria e seu Ministro da Fazenda pela coragem em propor um programa de reformas como a PEC 241 e a reforma da previdência, ambas essenciais para retomarmos o equilíbrio fiscal ao longo dos próximos anos. A proposta tem a sabedoria de criar um caminho sólido e confiável para esse objetivo, porém sem criar

nenhum trauma de cortes, despesas e aumento de impostos no curto prazo. No entanto, só retomar o crescimento, o equilíbrio fiscal não resolverá nossos problemas. Ele é condição absolutamente necessária, sabemos disso, para o crescimento sustentável, mas não é suficiente. Assim, outras reformas terão de ser feitas para impulsionar o crescimento acima de 2% ao ano, nosso atual PIB potencial, sob o risco de ficarmos condenados a desempenhos medíocres por muitos anos. Acredito que só o desenvolvimento econômico reduz a pobreza. Assim, gostaria de sugerir 3 reformas que me parecem bastante importantes, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, a reforma trabalhista. Ela é essencial. Hoje estamos em uma situação em que não existe empresa no Brasil que seja capaz de cumprir todos os detalhes formais de nossa legislação trabalhista e mais, das súmulas emitidas pelo TST. Se nenhum dos nossos melhores empregadores públicos ou privados é capaz de cumprir as normas e leis, é porque tem algo de muito errado nesse sistema. A forma de organizar o trabalho, em especial, a jornada de trabalho, não pode ser rígida e idêntica para todos os setores e empresas, desde empregados domésticos a operadores de plataformas de petróleo, de garçons de restaurantes a metalúrgicos. Hoje, o empregador está assustado e acuado. O passivo trabalhista das empresas cresce ano a ano. Assim, flexibilizar essas questões são essenciais para que retomemos a capacidade de gerar empregos e viabilizar atividades hoje muito difíceis de se viabilizarem no Brasil. Portanto, retomar a negociação, tornar a negociação prevalente entre empresas e sindicatos sobre as súmulas do TST e a legislação é essencial para dinamizarmos o mercado de trabalho. Minha segunda sugestão seria de reforma, seria nas regras atuais de intermediação financeira. Aqui seria desejável tornar mais flexível o direcionamento de recursos captados não apenas pelos bancos, mas também os de fundos e fundações, públicos e privados. Hoje, no Brasil, temos um grande direcionamento de recursos para fins específicos, o que reduz a eficiência da intermediação financeira e o poder da política monetária. A incidência de tributação de forma compartimentada também intensifica o problema. A rigidez no direcionamento, a tributação assimétrica, tornam tanto a taxa Selic, como os spreads bancários mais elevados do que deveriam ser. Finalmente, vejo como cidadão hoje que formar uma colisão estável no Congresso de 35 partidos e em crescimento não é uma tarefa simples, nem leva ao melhor funcionamento da democracia. Embora, Vossa Senhoria tem conseguido formar uma maioria no Congresso Nacional, mostrando uma habilidade diferenciada, não é o caso de supor que todos os presidentes no futuro terão a mesma habilidade, o mesmo sucesso. Assim, seria fundamental e importante uma reforma política que reduzisse o número de partidos representados no Congresso Nacional para dar mais capacidade de ação no ambiente de estabilidade política a futuros governantes. Enfim, é uma agenda grande e o caminho é longo, Senhor Presidente, mas temos que perseverar com políticas econômicas que fomentem confiança e o melhor funcionando dos mercados. Muito obrigado.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – De imediato, passo a palavra ao ex-Governador do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Reformar de Estudos Políticos e Tributários, Germano Rigotto.

SR. GERMANO RIGOTTO: – Senhor Presidente, senhores Ministros, senhor Presidente Michel Temer, Ministro Eliseu Padilha, Ministro Meirelles, Governador do Estado do Distrito Federal Rollemberg e prezada Secretária Patricia, senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras. Eu acredito que tudo que foi dito pelos Conselheiros que já se manifestaram

demonstra a vontade sim desse Conselho de ajudar, de auxiliar, Senhor Presidente, a sua tarefa de realização das grandes reformas que o país precisa. Gaudêncio Torquato que está ao meu lado me dizia que o Governo Michel Temer poderá ser considerado o Governo das reformas. Não a reforma fiscal apenas, que o Ministro Meirelles tão bem está conduzindo. Reformas que passam sim por uma definição final agora do Senado Federal com relação ao teto do gasto público. Reformas que começaram e conduziram, foram muito bem conduzidas junto ao Congresso Nacional como uma mudança da lei do petróleo. Reformas que continuam, como na questão do aumento da receita do Estado no projeto de repatriação que está indo para uma segunda etapa. Eu poderia enumerar aqui, já em pouco tempo, avanços importantes que foram conquistados e quero dizer, Senhor Presidente, que eu concordo plenamente com a ação do Governo com relação ao time dessas reformas. Não acredito que seria interessante a reforma previdenciária estar tramitando no Congresso Nacional. Fui líder de Governo, fui líder da maior bancada dentro do Congresso Nacional e não acredito que seria interessante a reforma da previdência estar tramitando antes da finalização da tramitação da PEC do teto do gasto público. A PEC do gasto, felizmente, está bem encaminhada. Deverá ser concluída só votação, agora, até o início do mês de dezembro e nós poderemos ter já o início da tramitação da reforma da previdência que é fundamental. Mas se os encaminhamentos que o Poder Executivo, que o Governo Federal tem conduzido tão bem por Vossa Excelência, algo que está sendo neste momento elogiado aqui dentro desse Conselho, nós sabemos que os desafios serão imensos nesses próximos meses e até 2018. A tarefa de Vossa Excelência, com certeza, Senhor Presidente Michel Temer, será de ser sim o Governo das reformas. E a reforma que não passa apenas pela reforma da previdência, não passa apenas pela reforma fiscal, não passa apenas por um processo de desburocratização tão falado aqui, mas que passa sim por aquilo que nós trabalhamos juntos, quando o Senhor Presidente da Câmara Federal me designou para ser presidente de uma comissão de reforma tributária. Lembra que um Governo que nós apoiávamos, um Governo que eu tinha o orgulho de ser líder, infelizmente cometeu um erro de não acreditar na reforma tributária quando nós chegamos muito próximos de aprovar um projeto que hoje o país seria totalmente diferente. Um sistema desburocratizado, simplificado, racional, com os encargos sobre as empresas sendo muito menores do que significaria mais competitividade. Infelizmente, naquele momento, a área econômica do Governo, com medo de perder receita e, Ministro Meirelles, existe dentro das áreas econômicas dos diversos Governos um receio que uma reforma tributária que vai ser elaborada - mas que vai ser implantada em etapas, com longa transição - acarrete perda de arrecadação. Uma reforma tributária na arrancada, ela não pode criar problemas fiscais para o Governo e não pode significar uma redução da carga tributária total, mas ela pode significar sim uma redução de cargas setoriais com uma ampliação da base tributária, que vem da racionalização, da simplificação do sistema. Então, eu quero dizer que a tarefa desse Conselho será, nesses próximos meses, ajudar o Governo. Se não conseguir no final do Governo Temer ter, por exemplo, ao lado da Reforma da Previdência, ao lado da Reforma Trabalhista, termos uma Reforma Tributária, aprovada no Congresso Nacional, mas nós temos que encaminhar, obrigatoriamente, uma mudança profunda do Sistema Tributário Nacional. Quero dizer que esse Conselho, que tem essa representação da sociedade com pessoas, com tanta história, com tanto trabalho realizado, poderá ajudar muito nisso tudo. Eu vejo as concessões como algo muito importante nesse momento. A modelagem das concessões está sendo feita. O Marquês, a pouco via que eu ia falar. Me disse aqui: Governador, não deixa de falar sobre a questão de, nas concessões, não termos reserva de mercado para a indústria nacional.

Temos contrapartidas que protejam minimamente a indústria nacional dentro de um momento que o custo Brasil, juro, câmbio, logística, carga tributária, tiram condições de competir nas concessões com equipamentos, com serviços que vêm de fora. O Governo vai ter que cuidar na modelagem dessas concessões que está para ser anunciada. Então, parabéns pelo trabalho. Parabéns! Porque as concessões, não tenho dúvida, que a forma de termos mais investimentos, de termos mais desenvolvimento e resolvermos o gargalo hoje da logística, que é sério na questão do risco Brasil. Eu peço, Senhor Presidente, que esse Conselho seja, realmente, bem utilizado. O nosso trabalho aqui vai ser três vezes ao ano nos reunirmos para tratarmos das questões que estão sendo debatidas no Conselho. Mas eu não tenho dúvida que o grande trabalho vai ser nos grupos de trabalho que vão ser elaborados. Grupos de trabalho que, como disse a secretária Patricia, serão no máximo 9, mas que poderiam ser quatro, cinco ou seis. Mas Grupos de Trabalho que terão que não apenas opinar sobre o que o Governo está fazendo, mas apresentar novas sugestões. Então, eu me coloco à disposição e agradeço a oportunidade de estar junto com esses Conselheiros e essas Conselheiras que, com certeza, vão dar uma grande contribuição ao Governo. Muito obrigado!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – De imediato passamos a palavra ao Senhor Antônio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros.

SR. ANTONIO NETO: – Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia, Ministro Meirelles, Ministro Padilha, demais Ministros, em especial aqui o nosso querido Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Senhores e senhoras Conselheiras, Secretária do CDES Patricia, e demais funcionários do CDES. É uma honra retornar ao CDES. Esse é um fórum muito importante para a sociedade e, principalmente, para a Presidência da República. Aqui, nós acabamos com os ranços entre os setores. Então, eu ouço (ininteligível) falar contra a legislação de Vargas e eu sou um defensor da legislação de Vargas. Então, nós vamos ter que discutir, trocar informações para que a gente possa, efetivamente, ter claro o quê significa a legislação trabalhista. Não somos contra mudança. Não, pelo contrário. Eu sou, inclusive, do setor de tecnologia da informação, setor que inova, que transforma, que modifica. Não tenho medo de mudanças. Mas precisamos ver o que queremos efetivamente mudar. Nós achamos, e já dissemos isso ao Presidente, ao Ministro Padilha, que a sodada reforma da previdência é preocupante, temos que discuti-la com muita tranquilidade, envolvendo a questão do “diferenciamento” de idade entre homens e mulheres, diferenciamento de uma série de outras questões mas que, acima de tudo, estamos aptos a discuti-la. Sabemos que não será uma discussão simples da sociedade, assim como não será simples a reforma trabalhista. Estamos dispostos a fazê-la, mas acreditamos, Senhor Presidente, que tem algumas coisas muito mais rápidas, muito difíceis que deverão ser feitas. O novo pacto federativo. É impressionante a necessidade de um novo pacto federativo (...). Essa questão dos afazeres de cada estado, cada município, como é que funcionaria isso. É necessário isso. Uma reforma tributária, falou muito bem Germano Rigotto, desde, acho que de Paulo Pontes, que também fez a primeira proposta de reforma tributária. Quase 20 anos tentando fazer a reforma tributária e não se consegue fazer. Uma reforma política partidária, falou bem aqui, alguém a pouco, que disse que é impossível fazer uma equalização política com 35 partidos. Ou seja, eu lembro uma vez um Ministro de articulação política disse: “Toda votação aqui eu tenho que receber 300 deputados. Não há respeito à liderança partidária.

Há conversa com deputados”. Por fim, eu queria dizer da nossa preocupação do (ininteligível) sindical. É a questão da dívida pública que toda hora é colocada, todas as mudanças feitas, todas as questões colocadas, mas a dívida pública não entra na pauta. Nós precisamos fazer essa discussão porque ela consome hoje, Roberto Justus, consome hoje 42 ou 47,5% de todo orçamento inicial do Governo. Se não equalizarmos isso, pode mexer onde quiser, isso é um sistema perverso. E, por último, é uma coisa que eu já disse ao Presidente Temer, algum tempo atrás: onde estão as nossas reservas de quase 400 bilhões de dólares? Eu brinquei, até com o nosso querido deputado Perondi, que quando eu faço poupança, no momento da dificuldade, eu retiro dinheiro da poupança e aplico, não faço mais dívida. Por que não trazer pelo menos uma parte do quê está lá, metade daquela dívida, para que a gente possa colocar internamente e ajudar a solucionar o problema que nós estamos atravessando no momento? Era isso, e creio que nós vamos ter bons debates, boas discussões. Esse é um grande fórum. Muito obrigado por ter me convidado, Presidente.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Havia na pauta uma participação minha nesse momento, mas quero subscrever toda a apresentação do Ministro Meirelles e pedir apenas que vá na penúltima lâmina, lâmina do Juscelino. Quero fazer eco às palavras da nossa Luíza Trajano. Vamos ver o que disse o Juscelino e o que disse a nossa Luíza em instantes. O quê que diz lá, Doutora Luíza Trajano, o quê que dizia o Getúlio, o quê que dizia o Juscelino? Nós queremos, agora, com o Juscelino, parodiar a Luíza Trajano: “Creio na vitória final e inexorável do Brasil como nação”. Foi mais ou menos o que ela disse ao final das palavras dela. Toda a travessia que estamos fazendo é exatamente para chegar nesse ponto de vitória. Portanto, era só isso. Agradeço muito e passo de imediato para que nós alcancemos o relógio. Passo de imediato a palavra à Claudia Sender, presidente da LATAM Airlines do Brasil.

SRA. CLAUDIA SENDER: – Muito obrigada, Ministro Padilha! Vossa excelência, Presidente Michel Temer, através do qual eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Senhoras e senhores Conselheiros. Queria, também, como a Luíza, começar agradecendo ao Ministro Padilha e à Patricia Audi pela reestruturação e reativação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Sem dúvida, o momento que nós vivemos hoje no nosso país, mas também no mundo, nos convoca a contribuirmos, todos nós, com as nossas melhores ideias e com todo o nosso empenho não só para que o Brasil retome a sua trajetória de crescimento, mas que o faça de maneira sustentável mirando um futuro mais próspero para todos em nossa nação e não só àqueles aqui presentes. Sabemos da gravidade da crise pela qual passa o nosso país e da transformação pela qual passa o nosso planeta. Sabemos também, que as antigas propostas só vão entregar os mesmos antigos resultados. Por isso, temos que olhar para frente. E não existe momento mais propício que esse para inovarmos com soluções criativas e que gerem valor real para a nossa sociedade. Também tenho plena confiança na capacidade de superação do Brasil e acredito convicta que a retomada do crescimento do Brasil está totalmente atrelada à sua capacidade de gerar competitividade e inserir-se nas grandes ligas mundiais como ator viável e competitivo, tanto na indústria quanto na prestação de serviços. E para isso será essencial abordarmos temas complexos, vários dos quais já foram mencionados aqui, que minam a nossa competitividade, limitam o nosso crescimento no mercado interno e nos colocam numa posição minimamente secundária no mercado mundial como, por exemplo, a legislação

trabalhista bastante antiquada que não protege o empregado e nem dá segurança ao empregador. E a nossa estrutura tributária que está entre as mais complexas do mundo gerando custos desproporcionais às empresas e à máquina pública. Temos uma tremenda oportunidade de recolocar o Brasil na rota de investimentos no curto e no médio prazo, mas para isso precisamos desobstruir as barreiras burocráticas, tornarmos mais simples e mais eficientes para que todos tenham novamente oportunidade de investir, trabalhar e empreender de forma digna, realizar as reformas trabalhista e fiscal, fomentar intensamente o investimento em infraestrutura e implementar mecanismos que promovam a cooperação entre o público e o privado nunca foram tão emergenciais. Temos que agir com assertividade e rapidez, como disse a Zeina. O primeiro passo está sendo dado com a PEC do teto. Porém, precisamos de muito mais. Precisamos que o país sinalize, de forma muito contundente, o seu viés pela modernização, pela estabilidade institucional, pela segurança jurídica para que os investimentos voltem ao país. Oportunidades para demonstrar esse viés não faltarão. A incerteza e o pessimismo nos colocaram num círculo vicioso, onde o investidor coloca os seus investimentos em compasso de espera, reduzindo a força de trabalho. O trabalhador, com medo de perder o emprego, deixa de consumir. Isso leva com que as empresas produzam menos e, conseqüentemente, reduzam ainda mais as suas equipes. Um exemplo claro desse efeito está sendo sentido no nosso setor, no setor de aviação, onde depois de mais de uma década de crescimento sem parar, nós tivemos esse ano 10% passageiros do que no ano anterior e uma redução de mais de 60 aeronaves na frota brasileira. Mas, o que nós realmente queremos é voltar a unificar o país de dimensões continentais através do transporte aéreo. Queremos oferecer mais frequências, para mais destinos, universalizando esse que é a única forma de conectar esse transporte, que é a única forma de conectar o nosso país com segurança e muita qualidade. Empresário gosta mesmo é de investir; empresário gosta de empregar mais; empresário gosta de crescer. Mas para isso precisamos estar alinhados às regulamentações e às práticas globais que nos permitam ser competitivos frente aos gigantes mundiais. Esta competitividade é o que vai nos proporcionar retomar o crescimento de longo prazo no país criando as tão desejadas oportunidades para que o empreendedorismo e a criação de empregos sejam retomados, aumentando a geração de renda, não de forma assistencialista, mas de forma sustentável, que seja perene gerando valor para toda sociedade. Crescer e desenvolver de forma sustentável implica em reduzir de forma muito significativa a desigualdade no nosso país. Não haverá sustentabilidade sem a inclusão de todos os brasileiros. E esse trabalho não é só do Governo. Faz parte do conjunto de uma obra que envolve muitos atores, representantes da sociedade civil, sindicatos, empresariado e sim, também, o próprio Governo. É a partir deste diálogo que se inicia hoje que podemos começar a reescrever uma nova narrativa. A famosa história que o Nizan, aqui, fala que precisamos contar. Poucos fóruns apresentam mais condições de reunir um grupo tão diverso e engajado como esse Conselho. O tamanho do nosso sonho, da nossa ação de ser igual ou maior à grandiosidade e a diversidade da nossa nação. Todos aqui somos líderes e responsáveis por esse processo de mudança, de inovação e de renovação. Encerro com uma frase que me disseram outro dia que falaram que “o pessimismo é necessário para nos trazer a voz da razão, mas o otimismo é a alavanca que nos move à ação”. Nesse momento, devemos renovar nossos votos de otimismo, confiança e entusiasmo nesse Brasil que juntos estamos reconstruindo e partir imediatamente à ação porque é isso que os brasileiros esperam de nós. Muito obrigada e mãos à obra!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Renata Vilhena, Conselheira da Associação Brasileira de Recursos Humanos e professora associada da Fundação Dom Cabral.

SRA. RENATA VILHENA: – Bom dia a todos! Senhor Presidente, me permita retomar uma parte da fala do Ministro Henrique Meirelles, onde ele mencionou a última pesquisa Doing Business, na qual o Brasil caiu duas posições no *ranking* de competitividade ficando atrás de países como Sri Lanka, Ruanda, Botswana e Jamaica. Nesse *ranking*, dois itens foram pior avaliados: o de facilidade de abertura de empresas, com uma média de 101 dias frente 31, em média na América Latina e no Caribe; e o segundo, o pagamento de impostos que, além de apresentar tarifas elevadas, requer um dispêndio de mais de 2.000 horas no ano para os trâmites relativos a pagamentos, seis vezes maior do que o tempo gasto na América Latina e no Caribe, em média. Isso demonstra que há muito a ser feito pelos governos para melhorar o ambiente de negócios e facilitar o crescimento. Cito em especial dois pontos: a implantação de uma cultura de planejamento em que os governos passem a se planejar para o curto, médio e longo prazos a partir de um diálogo aberto com a população e com o setor produtivo; e a modernização dos governos com adoção de tecnologia e simplificação de processos. O planejamento deve ser feito a partir de uma visão centrada na construção de um ambiente que oportunize negócios e geração de empregos, em que o Estado seja visto como um indutor e facilitador permitindo que os empreendedores sintam-se mais motivados para o seu protagonismo natural no desenvolvimento econômico. Quero chamar a atenção aqui para as micro e pequenas empresas, as que mais sofrem com uma estrutura complexa e pesada para os empreendedores. Mesmo que se registre mortalidade de 60% dessas empresas nos cinco primeiros anos de vida, são elas responsáveis por gerar cerca de 27% do PIB nacional e mais da metade dos empregos formais no país. Se nos concentrarmos na magnitude que isso representa, ou seja, o peso das micro e pequenas empresas versus sua taxa de mortalidade, com todos os ônus que recai sobre a dinâmica econômica, os efeitos nocivos nas relações de emprego e alterarmos com sustentabilidade para se ter um percentual menor dessa mortalidade, já teremos um avanço extraordinário no ambiente que respira negócios e empreendedorismo. Em definitivo, o Estado não pode ser visto mais como entrave e um ônus para a prática de negócios neste segmento. É preciso assegurar, quem sabe, uma carta de princípios para a sustentabilidade de micro e pequenas empresas com poucos itens em que os governos comprometam, cumpram e entreguem regras e relacionamentos que possam fortalecer fundamentos que propiciem maior sobrevivência nesse universo de empresa. Se o Estado for eficiente e assertivo nesses princípios, que não precisam ser muitos, já haverá uma mudança no ambiente, uma redução de custos de ambos os lados. Além disso, os governos de maneira clara devem garantir uma ampliação da participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais e repensar as formas de contratação de serviços para permitir, por exemplo, que as empresas conhecidas como *startups* possam contratar com o setor público trazendo mais inovação e soluções tecnológicas inovadoras com redução de custos para o próprio Estado. Devem ser, portanto, pontos-chave no planejamento: a simplificação tributária e do ambiente regulatório, um mapeamento e priorização das infraestruturas mais importantes para o desenvolvimento do nosso país e a qualificação dos recursos humanos para uma cultura mais renovadora e empreendedora. Os governos precisam ser mais ágeis para embarcar avanços tecnológicos e terem uma agenda permanente de modernização. O uso de tecnologia permite soluções abrangentes de alto impacto a custos relativamente menores do que aqueles de soluções

tradicionais. O governo eletrônico deve ser priorizado como forma de facilitar o relacionamento com os cidadãos e empresas, permitindo novas formas de participação; de otimizar os recursos públicos com a redução de desperdícios; implantação de políticas públicas de alto impacto; melhoria nos processos de compras e de execução orçamentária e de dar maior transparência às ações do governo. Momentos de crise e restrições exigem maior criatividade dos gestores e devem gerar oportunidades para uma mudança estrutural. É mandatório que governos no Brasil, não importa a esfera, se reinventem. A população exige novas formas de interação com o poder público e o mercado necessita de um ambiente mais estimulante à realização de novos negócios. A crise exige que se aprenda a fazer mais com menos e isto não é um mantra, é uma necessidade. Nós precisamos compreender que tudo isso é possível e pode ser feito agora. É urgente descomplicar e não apenas desburocratizar. Descomplicar é uma percepção simples e direta dos empreendedores, que os governos são parceiros e promotores de melhor ambiente de negócios. Portanto, vamos planejar e inovar. É o que eu espero aqui deste Conselho. Muito obrigada!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Senhor Deusmar Queirós, presidente do Conselho da ABRAFARMA - Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias.

SR. DEUSMAR QUEIRÓS: – Excelentíssimo Senhor Presidente, senhores Ministros, autoridades, senhores Conselheiros e Conselheiras, minhas senhoras e meus senhores. Sou debutante no Conselho e acredito que estamos aqui exatamente para, na medida do possível, apresentar nossa opinião no sentido de que o governo trace um plano para a retomada do crescimento econômico. Governo e empresários podem sim dar as mãos para contribuir e construir esse futuro que desejamos. Parto do princípio de que o sucesso de uma administração pública está intimamente ligada, atrelada a três fatores, três funções: capital físico, que podemos definir como sendo infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade econômica e a mobilidade social e física; capital humano, relacionado à existência de lideranças transformadoras assessoradas por pessoas capacitadas e comprometidas; capital institucional, representado por uma legislação atualizada regulamentando as relações entre os atores que interferem na vida pública. Uma gestão pragmática, funcional, com eficiência executiva de tal forma que faça o projeto realmente acontecer. Some-se a isso garantia de que a legislação seja cumprida e haja pacto de lealdade entre o Estado e os empreendedores aos compromissos firmados. Temos aqui *experts* em muitas áreas da economia e da sociedade. Eu quero dar a minha contribuição falando de iniciativas que podem mudar a face da saúde brasileira e do bem estar da população. Presido a ABRAFARMA - Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias - que congrega as 27 maiores redes de farmácia do país, com aproximadamente 7.000 pontos de vendas, estabelecida em mais de 600 municípios abrangendo serra, sertão e litoral, inclusive, a cidade de Manacapuru, que fica entre o Rio Negro e o Solimões. Somos menos de 10% das farmácias do Brasil, mas representamos 43% do mercado nacional. Adotamos como meta, nos últimos anos, repensar o varejo e o papel do profissional farmacêutico para assegurar mais valor à sociedade. Estamos convencidos que esse profissional deve ter função muito mais nobre do que entregar caixinhas de medicamento ao usuário e esclarecer eventuais dúvidas. O farmacêutico pode colocar as suas competências à serviço de uma proximidade maior com o cliente, agregando mais valor à

sociedade. A iniciativa prevê oito novos serviços que podem ser prestados nas farmácias: orientação sobre hipertensão, sobre diabetes, sobre colesterol, sobre tabagismo, sobre obesidade, sobre revisão da medicação. Senhor presidente, com uma pequena revisão na legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sem qualquer ônus para os governos federal, estadual ou municipal, as farmácias bem estruturadas podem provocar uma verdadeira revolução silenciosa e contribuir para melhoria da saúde brasileira através de três simples passos: primeiro, identificando riscos através de testes laboratoriais rápidos – 70% da população nunca fez um exame, nunca fez um *check-up*; segundo, atuando na prevenção através da aplicação de vacinas, pois a cobertura vacinal de 11 a 59 anos no Brasil é ruim, para não dizer praticamente inexistente; terceiro, melhorando a adesão ao tratamento através do acompanhamento do farmacêutico. Esses três passos simples de serem executados na farmácia podem, em médio prazo, reduzir o abandono ao tratamento e o Brasil voltar a produzir de uma forma eficiente, inclusive, reduzir as filas do SUS, abarrotadas de agravos que podem ser evitados se cuidarmos da prevenção, da imunização e as pessoas cumpram o tratamento médico. Temos mais de 100.000 farmacêuticos no Brasil prontos para serem verdadeiros protagonistas no combate à precariedade do serviço público. O país precisa empunhar a bandeira da esperança e voltar a pensar grande. Precisa esquecer os percalços momentâneos e acreditar na nossa capacidade brasileira de superar crises. As crises são cíclicas. Elas vêm e vão. Mas como acontece nas tempestades, a bonança nos aguarda bem ali adiante com o surgimento das dificuldades. Senhor presidente, queria pedir ao Senhor uma atenção especial ao abastecimento de água para consumo humano. É motivo de vergonha para qualquer governo e para qualquer membro deste Conselho aceitar que ainda hoje, depois de tanto avanço econômico, brasileiros nordestinos estejam morrendo de sede. Espero que o Senhor tenha uma atenção especial. Vamos juntos combater esses problemas e caminhar para as soluções. Rogo a Deus que nos ilumine, nos abençoe para que possamos contribuir efetivamente para a tão necessária retomada do crescimento econômico. Muito obrigado!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Bem, como bem disse o presidente Temer, esta é uma reunião de trabalho. Então eu apenas, antes de anunciar a última intervenção, agora na parte da manhã, quero lembrar que às 14:30h iniciaremos aqui, nesse mesmo local, em formato diferente, as oficinas de trabalho. E passo, já de imediato, a palavra ao Dr. Abílio Diniz, Presidente do Conselho de Administração da Península Participações e da BRF.

SR. ABÍLIO DINIZ: – Senhor Presidente, Ministro Padilha, Ministro Meirelles, Conselheiros. Parece que eu sou o último a falar. Pode ser um privilégio, mas eu estou encarando como uma imensa responsabilidade. Fico satisfeito porque, pelo menos me parece, há um consenso entre todos os Conselheiros e todos aqueles que falaram de encarar a realidade que nós estamos vivendo. Com este governo, como todos nós temos dito, voltou a esperança e está voltando a confiança. Não podemos deixar voltar a ilusão. Ilusão é muito ruim. Não podemos imaginar que nós vamos crescer já em 2017. Tudo aquilo que nós deveríamos e gostaríamos, que nós vamos diminuir o desemprego de forma substancial, que o país está preparado para crescer. Nós não podemos ter essa ilusão. As coisas são muito difíceis. As pessoas, eu tenho a impressão, olham para o Ministro Meirelles e dizem: “O senhor tem que ativar a economia; como é que o senhor vai fazer para o crescimento? Como é que nós podemos destravar esse país para o crescimento?”. É muito difícil. Não é

investimento. O Estado não tem condições de investir, as empresas estão endividadas, as famílias estão endividadas. Não dá pra fazer o crescimento através do consumo. As nossas dificuldades são enormes. Existem coisas boas? É claro que existem coisas boas. A inflação está caindo. Tem um trabalho muito bom através do Banco Central. Tem essa PEC dos gastos que é absolutamente fundamental para o país. Existem outras coisas já engatilhadas, como a reforma da previdência. Mas as nossas dificuldades são grandes. Claro que podemos contar com a poupança externa. A poupança externa é muito grande. Há muita liquidez no mundo e os investidores estão sequiosos pra investir no Brasil. Para isso, é preciso que destravemos todos os problemas da infraestrutura, para que nós possamos receber investimentos internos. Agora, eu acho, Presidente, caros Ministros, que há uma grande tarefa que o senhor pode liderar nesse País, realmente construir o Brasil do futuro. O Brasil precisa ser reconstruído. O Brasil está travado. O Brasil está amarrado. Está amarrado inclusive na Constituição de 1988. O Brasil tem inúmeras dificuldades que só através de reformas nós vamos ultrapassar. E o senhor pode liderar isso. Mais do que fazer o Brasil do presente, o senhor não consegue fazer coisas importantes agora, porque não é permitido com o país que o senhor recebeu. Vamos construir o país do futuro. O senhor pode fazer isso, mas o senhor não vai fazer isso sozinho. O senhor tem que fazer isso conosco aqui. Esse Conselho representa a sociedade civil. Esse Conselho representa os brasileiros. Nós temos que parar de reclamar do governo, parar de esperar que o governo faça alguma coisa por nós e dizermos “O que nós podemos fazer pelo nosso país?”. É o momento de pensar o Brasil. É momento realmente de pensar grande e largar um pouquinho o nosso mundo. E eu sei que às vezes dói, às vezes é difícil. Mas é um momento de largar isso um pouquinho de lado e pensar o Brasil. “O que nós podemos fazer para ajudar?”. O senhor vai ter uma tarefa imensa, muito difícil, para realmente aprovar todas as medidas estruturais. O senhor tem aí um problema com os estados. O senhor vai ter que socorrê-los, e vai ter que jogar duro porque eles vão ter que se enquadrar numa série de coisas. O (ininteligível) falou em reforma tributária, só que não dá para o senhor fazer pelo menos unificação das tarifas do ICMS, avançar esse país, fazer com que esse país acabe com a queda fiscal. Existe uma série de coisas que dá para o Senhor fazer, eu tenho certeza que está na sua pauta, na sua agenda. Agora, para isso, o senhor precisa de ajuda. Vai ter que jogar duro. Corporativismo existe no mundo inteiro, mas nesse país ele é muito forte. O senhor vai ter cada vez resistências maiores para encaminhar toda essas reformas. Eu acho que isso é que nós temos que nos comprometer com o senhor, os ministros se comprometerem com este país, a sociedade civil ajudar (...). Foi falado muito em comunicação, o (ininteligível) falou em comunicação. A economista (ininteligível) falou também em comunicação, em transparência, em mostrar para o povo brasileiro o que está acontecendo, o que se passa. O povo brasileiro, principalmente a classe mais pobre, precisa entender e compreender que quem sofre mais são eles. O rico, os empresários se viram. Quem não se vira é incompetente. Eles é que sofrem, os assalariados. Eles têm que entender isso com muita clareza. Se precisa colocar na mídia quais são as nossas dificuldades, para que todo o povo brasileiro nos apoie. Enfim, presidente, eu queria terminar, uma coisa que o Senhor já sabe, os ministros já sabem. Eu tenho uma imensa confiança no país e naquilo que vocês vão fazer. Agora, é preciso que todos nós empurremos juntos.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República): – Olha, uma coisa das coisas que eu lamento nessa reunião, é que nós não possamos prosseguir ouvindo um por um. Porque eu

detectei um fenômeno muito interessante aqui. No geral, quando você faz uma reunião muito ampla, você tende a ouvir repetições. Um orador se manifesta depois do outro e repete, muitas vezes, as mesmas afirmações. Aqui, diferentemente, o que podemos verificar, é que não houve essas repetições. Cada um colocou um tema da maior relevância. E como foram muitos os oradores, foram muitos os temas versados, o que revela, desde já, os grandes problemas do país. Não tivéssemos aqui no Brasil dois, três, quatro temas; dois, três, quatro problemas, é claro, que a repetição se verificaria. Então, digo eu, interessante se pudéssemos ouvir, um a um, o que faremos certa e seguramente em outras reuniões que promoveremos aqui do Conselho, mas que também será feito, agora nos grupos de trabalho no período da tarde. E nós podemos verificar, não vou dizer agora nenhuma novidade, mas podemos verificar que os temas foram todos importantes. Eu quero, por exemplo, registrar, aliás, primeiro, mais um registro que eu quero fazer. É que apenas um ou dois que não puderam comparecer. Todos os indicados compareceram e os que não puderam fazê-lo é porque estão em viagem pelo exterior. Foi uma coisa, portanto, importantíssima para o governo e para o Brasil, que todos os convidados aqui estivessem. E eu vou fazer brevíssimos comentários sobre as questões que eu ouvi, porque não pude aqui sistematizá-las. Mas eu começo pelo tópico da comunicação. Realmente, a comunicação é fundamental. Mas uma das coisas que podem ser feitas é que os senhores se comuniquem pelo governo. É claro que nós teremos instrumentos naturais, profissionais de comunicação, no próprio governo. Mas a comunicação melhor que se faz é a comunicação que os senhores e as senhoras poderão transmitir. Os senhores são ouvidos a todo tempo, não é? Eu vejo que aqueles que aqui se acham, sejam nas universidades, seja em entrevistas coletivas e individuais, seja em palestras, conferências, nos sindicatos, nas associações, nas corporações, os senhores podem, a todo o momento, divulgar o que está acontecendo no Brasil. E ao fazê-lo, penso eu, fazê-lo de maneira positiva. Uma das primeiras frases que usei quando assumi interinamente, foi uma frase que eu li na Castelo Branco, num posto de gasolina que dizia assim: "Não fale em crise, trabalhe!". Depois até, foram detectar lá, o posto de gasolina tinha falido, não é? Mas isto é, enfim, não desvaloriza a frase, não é? E, portanto, se os senhores e as senhoras puderem divulgar, fazer essa comunicação, é claro que isso nos ajuda muitíssimo, até por que, convenhamos, como cada um de nós, não é? Tem as suas obrigações individuais, muitas e muitas vezes, essas questões governamentais coletivas passam ao largo. Não tenho a pretensão de imaginar que cada um dos senhores e das senhoras está o dia todo preocupado com o governo e com o país. Eu sei que cada um tem a sua atribuição, mas esta reunião coletiva que nós estamos aqui realizando, certa e seguramente, os induzirá a esta postura. Onde estiverem, puderem propagar a necessidade daquilo que o governo está fazendo. O que é natural que, quando você lança algumas teses, a tese do teto de gastos, a tese da previdência, a tese da reforma trabalhista e já, desde logo, acrescento, como disseram, que a simplificação do sistema tributário, a desburocratização, descomplicação, que aqui foi mencionado, são fatores fundamentais, que estão na nossa pauta, como na pauta se acham tantas outras reformas que visam exatamente o incremento da produtividade no país. Não foi sem razão que tão logo eu tomei posse, eu fiz logo definitivamente algumas viagens internacionais. Com o objetivo, precisamente, de trazer também para cá o capital estrangeiro, associado ao capital nacional, porque o mundo hoje, vou dizer uma trivialidade, o mundo globalizado como está, não podemos ter preconceitos e barreiras em relação aos capitais que aqui, associadamente ao capital nacional, possam instalar-se. Nós fizemos essas viagens precisamente para isso. Então, voltando ao tópico da comunicação, eu peço que os senhores e as senhoras possam

divulgar, ao máximo. Já está sendo divulgado, naturalmente hoje, a reunião que estamos fazendo, mas aqui é preciso uma certa ladainha. É preciso repetir. Você repete uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, é como se faz nas missas, não é? Toda missa é igual porque você repete os conceitos. E isto vai entrando no corpo, no espírito, na alma, não é? E, entrando na alma, deixa as pessoas animadas, e as pessoas começam a perceber que é preciso trabalhar naquela direção. Então, o primeiro tópico, este em particular que eu quero mencionar aos senhores e as senhoras, é que é importantíssimo que nós façamos a maior, digamos assim, propaganda, no sentido de propagar aquilo que aqui foi debatido, discutido, levantado, mencionado. Como lembra o Germano Rigotto, volto o tema da reforma tributária, que é fundamental para o país. Agora concordo com o Germano Rigotto: de fato, não dá para acumular, porque olha, meus senhores e minhas senhoras, se eu mando as quatro, cinco reformas de uma vez, não é? Porque os senhores podem imaginar o trabalho natural, legítimo, importante, fundamental. Ele revela, exatamente, muitas e muitas vezes, o conflito de ideias, mas o trabalho que nós outros, eu inclusive, temos que fazer para muitas vezes convencer o Congresso Nacional a aprovar esta ou aquela fórmula. Eu, graças a Deus, passei 24 anos no Parlamento. Temos essa interlocução natural, mas mais do que natural, eu volto a dizer, ela é indispensável, para que nós possamos reinstitucionalizar o país. Muitas e muitas vezes o que eu vejo é um desapego, um despreço, quase um desprezo, às instituições. E isto não pode ocorrer. Nas democracias, o fundamental é a preservação da institucionalidade. E é isso que nós vamos fazendo ao longo do tempo. Disse Germano, que há tempos atrás ele foi o presidente de uma comissão de reforma tributária e não foi possível, naquele momento, realizar (...). Que foi no momento de mandarmos ao Plenário, que houve um embaraço governamental e que deste embaraço governamental resultou a impossibilidade de levar ao Plenário aquela reforma que foi discutida e, praticamente, aprovada em todo o país. Então nós estamos cientes e conscientes disso. Agora é curioso, quando se fala em tributação, e registro aqui entre parênteses, o seguinte: Se nós estivéssemos fazendo essa reunião nove ou dez meses atrás, nós estaríamos discutindo se deveria entrar CPMF ou não, porque esse era o tema de 10, 11, 12 meses atrás. Os senhores percebem que, no instante em que nós propusemos o teto de gastos públicos, no instante em que nós falamos na reforma da previdência, não se falou mais em CPMF, não se falou mais em tributo. Diz o Meirelles: "Será que um dia nós vamos precisar?" Não sabemos, mas nós estamos trabalhando para que não haja necessidade, tendo em vista, exata e precisamente, o grau quase intolerável da tributação no nosso país. E é interessante que há país até que a tributação talvez seja maior que a nossa, mas é que a tributação há de coincidir com a prestação dos serviços públicos. Se os serviços públicos são eficientíssimos no tópico saúde, educação, segurança, ninguém reclama do tributo. O problema é, muitas vezes, a não coincidência entre a carga tributária e a prestação dos serviços públicos. Há poucos tempos eu recebi um vídeo de um discurso da Primeira Ministra Margaret Thatcher em que ela diz uma coisa também banal, não é? Banal. Mas é interessante como as banalidades, muitas vezes tem que ser repetidas, por que as pessoas se esquecem daquilo que é mais trivial. Então ela diz assim: "Olha, muitas e muitas vezes as pessoas pensam em programas generosos, achando que existe um dinheiro público e um dinheiro privado." Ela diz: "Não existe dinheiro público! Não existe um cofre aqui onde está o dinheiro público e um cofre aqui onde está o dinheiro privado! Não é isso! O dinheiro público é você quem paga, porque ele vem por meio dos impostos. É assim, que você transforma a contribuição privada em dinheiro público." Então é preciso tomar bastante cuidado com os programas, de alguma maneira, muitas vezes, sem eventuais responsabilidades por que você está afetando

exatamente o fenômeno contributivo das pessoas que fazem o dinheiro público. E nós estamos todos tomando muito esse cuidado, tanto que, volto a dizer, nunca mais se falou em aumento da tributação no nosso país. Nós estamos tentando resolver, precisamente, com as medidas que aqui estão sendo patrocinadas, levadas adiante com a cautela política necessária, tão logo terminemos a proposta do teto, que certo e seguramente, pelo menos esperamos, venha a ser aprovada no Senado, nós, indiretamente, remeteremos a reforma da previdência. Como disseram muitos, o Governo não age sozinho, o Governo age ancorado, precisamente, no setor privado; e no setor privado, pela conjugação de esforços dos que trabalham, dos trabalhadores, com aqueles que empregam, aqueles que contratam, não é? Então, por isso que nós também temos procurado acabar com esse preconceito. Faço mais um parêntese aqui, e muitas vezes eu vejo que há doutrinadores, entre aspas, que acham que é possível acabar com o desemprego, mas sem prestigiar a indústria, o comércio, o setor privado, o agronegócio. Ora bem, de onde vem o emprego? A gente precisa acabar com esses preconceitos que estão meio banais, não é? E por isso que eu acho que essa reunião terá um efeito muito significativo. Não só esta, mas o grupo de trabalho que os senhores farão a tarde e com outras reuniões que venhamos a fazer, quando outros tantos Conselheiros igualmente serão convocados e unidos. De modo que, meus senhores, eu quero agradecer, muitíssimo, essa oportunidade que os senhores da sociedade estão dando ao Governo. É uma atenção especialíssima ao Governo Federal. Não é a mim, especialmente, ao Meirelles, ao Padilha, ao Rollemberg, a quem agradeço enormemente a atenção. Vocês vejam que o Governador do Distrito Federal veio aqui para, naturalmente, prestigiar e dizer “Nós estamos juntos nessa tarefa que é uma tarefa de todo o país”. Logo mais estaremos com os senhores governadores de estado, porque os senhores sabem que, de fora a parte, os problemas de natureza, digamos, nacional, nós temos problemas da federação. Os estados estão praticamente todos, ou a grande maioria, quase quebrados, e muitas e muitas vezes quebrados por causa da questão previdenciária. Então, é uma coisa que os próprios governadores trazem a todo o momento para nós: estas preocupações, pleiteando, postulando que o Governo Federal, por meio de normatividade especial, portanto, a reforma da previdência, cuide deste assunto. E nós temos tido, graças a Deus, como disse o Neto, uma compreensão da classe trabalhadora. Claro que há, mais do que legitimamente, confrontos, muitas vezes, de ideias, mas desde logo se percebe, nos sindicatos, em todos os locais, nas reuniões que temos feito e faremos com mais frequência. Como tem feito o Ministro do Trabalho, Ronaldo, nós faremos muitas reuniões, para chegarmos a um consenso. Chegar ao consenso significa: alguém abre mão de um pedaço seu e outrem abre mão de um pedaço seu. É assim que se chega a consenso em nome de uma causa maior. Eu quero dizer também, a quem mencionou a reforma trabalhista, a reforma tributária, a reforma do setor financeiro. A reforma política, igualmente (...), a reforma política, devo dizer, é uma tarefa do Congresso Nacional. Nós tomamos muito cuidado com isso, sobre pena da interferência de um poder em outro poder. Mas, evidentemente, que nós incentivamos a reforma política. Fica difícil, muitas vezes, com um número, digamos, excessivo de partidos, você ter governança, governabilidade. Então, esses temas todos estão sendo tratados, agora, passo-a-passo. Não dá para fazer tudo de uma vez. É preciso que nós façamos como quisermos no primeiro momento, aprovar essa PEC, essa proposta da redução dos gastos, não é? Para depois darmos os passos seguintes. E é nesses passos seguintes que nós queremos contar com o apoio muito expressivo, muito significativo de todos os senhores e senhoras. Eu quero agradecer muitíssimo a todos e até convidá-los agora para um almoço. E logo depois do almoço os senhores voltam, ou voltamos todos para

os trabalhos. Muito obrigado aos senhores. Me permitam apenas, para revelar a importância desta reunião, que além de termos a presença do Governador do Distrito Federal, também temos os ministros de estado todos que, até vou dizer, vieram espontaneamente, não foi por causa do almoço que agora é para onde irão, mas para a reunião, vieram espontaneamente. Olha aqui o Eliseu Padilha, naturalmente; o Henrique Meirelles; o Alexandre Moraes, da justiça e cidadania; o Embaixador Marcos Galvão, das relações exteriores, interino; Maurício Quintela, dos transportes; Mendonça Filho, da educação; Ronaldo Nogueira, do trabalho; Osmar Terra, do desenvolvimento social e agrário; Ricardo Barros, da saúde; Marcos Jorge Lima, interino da indústria e do comércio; o Paulo Pedrosa de Minas e Energia; o Dyogo Oliveira, do planejamento; o Gilberto Kassab, da ciência, tecnologia e comunicações; o Sarney Filho, do meio ambiente; o Marx Betrão, do turismo; Helder Barbalho, da integração nacional; o Bruno Araújo, das cidades; Torquato Jardim, da transparência, fiscalização e controle; General Sérgio Etchegoyen; do gabinete de segurança nacional; a Ministra Grace Mendonça, da Advocacia Geral da União; o Ilan Goldfajn, do Banco Central do Brasil; o Paulo Caffarelli, do Banco do Brasil; o Gilberto Occhi, da Caixa Econômica Federal; o Pedro Parente, presidente da Petrobrás; o Ernesto Lozardo, presidente do IPEA. E registrar também, a presença de outros órgãos, inclusive internacionais: o Carlos Mussi, da CEPAL; o Fabian Bornhorst, do FMI; o Francisco Gaetani, da ENAP; o André Munhoz, da UNESCO; a Maristela Baioni e o Niky Fabiancic, do PNUD. A todos, eu agradeço. E, com isso, eu quero revelar a importância desta reunião. Muito obrigado!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ELISEU PADILHA (Ministro-Chefe da Casa Civil – Presidência da República): – Pedimos aos conselheiros que se dirijam ao saguão térreo, onde receberão orientações para o deslocamento para o Palácio da Alvorada. Está encerrada esta cerimônia.